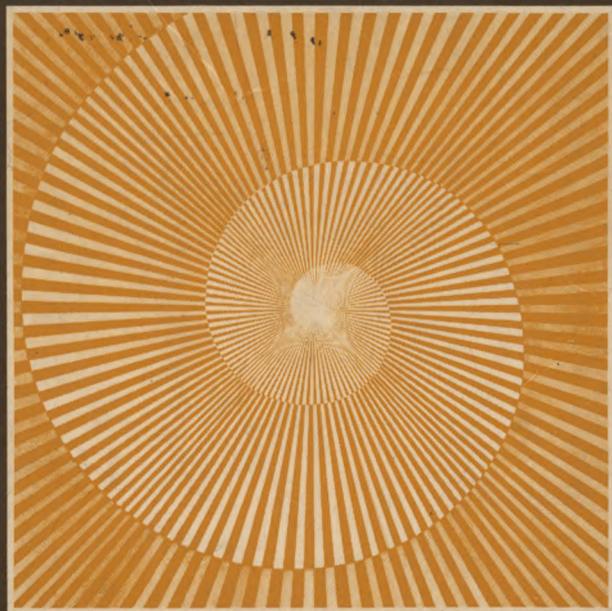


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 5

Antônio Sérgio



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

SIGNIFICADO E EVOLUÇÃO DAS POLÉMICAS DE ANTÓNIO SÉRGIO

A ideologia da razão (1912- 1930)

1

Dentre os componentes específicos da cultura portuguesa que, nos seus diferentes modos e em diversos momentos, nela têm desempenhado um papel dinâmico, dois há que sempre tiveram uma função proeminente: a polémica e a história. Facto que incide e se exprime em todos os domínios da vida nacional acarretando consequências muito variadas, desde as culturais às políticas.

No que diz respeito à polémica envolve esta algumas vantagens críticas, mas, em contrapartida, suscita um considerável desgaste racional: o carácter público que a sua prática implica acentua as divergências e torna-as por vezes excessivamente contrastadas, levando a que se esbatam as linhas de coincidência e se dificultem as conclusões, substituídas por alegações finalistas, onde a própria polémica se mantém. Acresce que o uso de argumentos a partir das linhas em debate traz, não poucas vezes, lacunas essenciais para o esclarecimento completo dos temas, uma vez que só parte dos seus componentes é chamada à discussão. Contudo, quaisquer que sejam as limitações que, no ponto de vista crítico, possa levantar, o certo é que, feitas as contas, a polémica tem desempenhado, na cultura portuguesa, um papel insofismavelmente positivo. Na verdade, as suas figuras mais representativas quase só se entendem quando, no interior de sua obra, se determinam as polémicas em que participaram. Citemos, a esse respeito, por exemplo, o *Speculum Regum* de Álvaro- Paes, a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, a *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Goes, os *Lusíadas* de Luís *

* Universidade de Lisboa

de Camões, se nas quisermos ater a exemplar distantes. Sucede que, em alguns destes casos, a polémica intrínseca veio a esquecer, embora, a obra a que ela se refere ou nela assenta, venha a permanecer, uma vez que, pela sua qualidade ou importância, passou a ser apreciada em si mesma.

A polémica teve, igualmente, nos séculos XVII e XVIII, uma presença vigorosa, hoje insuficientemente conhecida. Importará pouco, a esse propósito, referir aqui as mais significativas, as únicas estudadas. Com o liberalismo e a difusão do periodismo, ligado a clientelas de toda a espécie, a polémica circunstancializa-se. O seu enunciado completo serve, sobretudo, para definir sociologicamente os interesses e os antagonismos, as formas de argumentação e de pressão. Para outros níveis de pesquisa terá de fazer-se a selecção de qualidade, em muito menor número. Mas é bastante significativo que, entre o século XIX e o tempo presente, sejam as polémicas o que mais perdura na memória do comum, quer por terem tido um público muito mais amplo, quer por referirem temas que continuam a merecer a atenção pública. Circunscrevendo-nos ao temas de incidência cultural e pondo de parte as que se definem, de preferência nas áreas da ciência e da política (onde foram elementos essenciais), bastaria citar as que envolvem Alexandre Herculano (1), Camilo Castelo Branco (2) e Antero de Quental para se verificar a importância que têm na compreensão do século XIX, assim como na genealogia cultural do contemporâneo. Mencionemos, para Herculano, a «questão de Ourique», a dos «melhoramentos materiais», o «casamento civil», a «emigração». Citem-se no que se refere a Camilo as bem conhecidas «Razão e Fé», a «Sebenta», «Ratazzi», «Realismo» ou para Antero a mais célebre do «Bom senso e Bom gosto» em que foi participante principal. Contudo, o mais interessante para se proceder à inserção da polémica no processo cultural português é que elas não se relacionam só com o século XX. Apresentam também uma funda ligação com os problemas centrais da sociedade portuguesa do século XVIII, pelo menos em três tópicos: o nexa entre nacionalismo e cultura, a questão do crescimento económico e o problema galicano e clerical. No entanto, como as transformações políticas do liberalismo interromperam a percepção do processo

O Cf. Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano, polémica e mensagem*, Lisboa, 1979.

(2) Cf. Alexandre Cabral, *As Polémicas de Camilo*, 9 volumes, Lisboa, 1981-1982.

essencial da sua continuidade, só as consideramos na sua evolução até ao nosso tempo, esquecendo a rica ligação aos temas básicos da cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Ora, importa reconstituir essa sequência que tomaria mais compreensível o conteúdo das polémicas contemporâneas, encontrando na sequência dos seus temas, elementos para se compreenderem muitas «omissões» do nosso tempo. Assim, por exemplo, em vão se podem procurar, no século XIX, e no século XX, polémicas ou campanhas relativas ao sufrágio universal, aos direitos sindicais, à reforma dos impostos, à filosofia política. A própria polémica monarquia-república, como questão doutrinária, nunca se generalizou ou tomou peso sensível por esta via do interesse público. Contudo, logo que surgia uma referência ao papel do rei na vida portuguesa, à independência nacional, à reforma do ensino, aos gostos literários, aos direitos civis, à liberdade do comércio, imediatamente o debate subia de tom e se entrava em discussão.

Sem prejuízo de outros aspectos, foi esta problemática polémica que continuou a ser dominante na vida portuguesa dos vinte anos anteriores à proclamação da República e prolonga-se até ao dealbar dos anos 30. Só que mudou de linguagem, dirige-se a outras gerações, interessada noutras consequências, uma vez que as ideias debatidas têm outro campo de aplicação. Mas, até essa altura, o corpo colectivo continua a ir ao encontro de problemas muito próximos dos que interessavam à sociedade portuguesa desde os tempos que se seguiram à guerra da independência nacional (1640-1668). São eles sobretudo, a necessidade dos privilégios, ao lado da inevitabilidade do seu abuso, a necessidade da sua vigilância, a superioridade das «letras» sobre as «armas», a desconexão entre a cultura popular e a cultura erudita, a «sensibilidade à promoção social», o conflito entre sinceridade e vantagem, as urgências e as temáticas do ensino, a predominância do escol lisboeta sobre o País, a resistência que ele oferecia a esta hegemonia. O constitucionalismo do século XIX, como regime caro, tinha de depender de Lisboa, para onde se canalizavam os recursos crescentes da economia monetária e que por forma exígua regressavam à Província. Gom o crescente predomínio da indústria e do comércio internacionais, as assimetrias tradicionais do País tornavam-se mais pesadas e sensíveis. O debate interno não podia, portanto, também, deixar de se tornar mais intenso e de exigir soluções que obrigavam a critérios de responsabilização, isto é, a uma indispensável definição política. E foi o que sucedeu. Os republicanos, a partir de 1880, longe do poder, não

hesitaram em tomar conta quase exclusiva das responsabilizações políticas; maneжaram-nas na propaganda, em imagens sugestivas e imediatas, acessíveis e aliciantes: discutia-se o governo, não se discutia o país; discutiam-se mais os políticos do que a política, mais o rei do que a monarquia. Considerava-se que esta última, como tema teórico, evoluiria inevitavelmente para um desaparecimento «legítimo». No campo religioso, discutia-se mais o padre do que a religião católica ou entretecia-se esta última nas fraquezas humanas em que a julgavam envolvida, procurando, também, despromovê-la de dignidade teológica: o seu processo, como fase de uma evolução apresentada como indiscutível, também estava «arrumado». Desta atitude geral de paixão pelo político, pelo anticlerical, resultou a despromoção dos temas propriamente culturais numa tensão que conduziu à proclamação da República. Por isso, logo depois que ela se verificou, as suas consequências imediatas ficaram à vista de todos: a responsabilização do rei e do clericalismo (pelo menos) pelos males do País tornavam inevitável que, tendo desaparecido o Rei e despromovendo-se o Padre e a Igreja, ficassem estabelecidas as condições necessárias e suficientes para a reconversão do País. Era de esperar que depressa se vissem sinais de tal reconversão. Ora as mudanças imediatas que o teor da propaganda republicana fazia supor possíveis, não se verificaram. Deu-se o contrário.

Com a proclamação da República tudo se passou como se o País tivesse aceitado a definição das responsabilidades estabelecidas pela propaganda e considerasse, portanto, que o poder viesse a ser atribuído aos republicanos, para levar por diante a solução do problema português. Se as causas do atraso e da inferioridade do País eram aquelas que a propaganda tinha estabelecido, uma vez suprimidas ou neutralizadas, seguir-se-ia a regeneração de Portugal. Era isto que a propaganda dizia. Mas a realidade não confirmou a «forçosa» consequência. Pelo contrário, muitos aspectos da vida política pareciam agravar-se em instabilidade e choque de renovadas ambições. E inevitavelmente, o cansaço da política trouxe o «regresso» dos interesses culturais, renovando-se a historiografia, o interesse pela língua, a preocupação pelos debates literários.

Estes dois sintomas definem a situação portuguesa, depois da proclamação da República, com os seus enclaves partidários e a substituição das influências pagãs. Nada do que tinha sido dito como a consequência inevitável da República se verificou. Que havia pois de essencial e dolorosamente errado? Onde ir então buscar as modificações correctoras? Porque não vieram? Como realizá-las?

O ambiente público que se desenvolveu, depois da proclamação da República, foi dominado por esta certeza: o regime republicano, em exercício, não confirmava a propaganda que dele fora feita. Eis uma realidade bem dura, para quem tinha vivido aqueles intensos anos de propaganda e de promessas a curto prazo. A resposta imediata era considerar a necessidade de rever as formas de explicação e de realização da sociedade portuguesa. Impunha-se que fossem descobertos «outros» erros mais profundos do que os revelados na esfera do político e tentar outros meios de encaminhar as soluções. Como era natural, o debate veio, rapidamente, a tomar amplitude dentro o escol do País. Criou mesmo uma atmosfera de exigência tensa e espectacular, um clima exasperado de exame e verificação. Surgiram assim novas propostas culturais; começaram a tomar forma, ainda que indecisa, movimentos modernistas. Considerava-se, mais do que um direito, uma necessidade, examinar brutalmente tudo o que era apresentado como verdades públicas, tirar todas as consequências, fossem elas a guerra civil, a recusa do Estado, a prisão dos inimigos da liberdade, a destruição dos seus meios de expressão; fosse a dinastia e a sua legitimidade, a diatribe contra os republicanos, a procura de outros responsáveis políticos, fosse a proposta de novas interpretações do passado e do presente, ou a criação de um novo escol com outras «ideias». Tudo era possível. Neste ambiente exasperado e lúcido, entre 1911 e 1914 revelam-se as principais novas figuras do primeiro quartel do século. Ao mesmo tempo, perdem eco selectivo, junto dos novos, os próceres da cultura republicana e positivista, desde Júlio Dantas a Teófilo Braga ou Júlio de Matos. Tudo se analisa, tudo se refunde, tudo se certifica. E surgem igualmente, também, desencontradas mas não inexplicáveis, as novas esperanças e as novas propostas. Antes de as qualificar, refiramos os seus institutos e os seus órgãos. Temos, assim, o movimento *Renascença Portuguesa* (1.^a reunião preparatória, em Coimbra, 27 de Agosto de 1911), com as suas revistas *Vida Portuguesa* ⁽³⁾ e *Águia* ⁽⁴⁾. Seguiu-se o

⁽³⁾ *A vida portuguesa*, boletim de inquérito à vida nacional, Director Jaime Cortesão, n.º 1, Porto, 31 de Outubro de 1912.

⁽⁴⁾ *A Águia*. Coimbra. Revista mensal, órgão de «A Renascença Portuguesa». Director literário: Teixeira de Pascoais; director artístico: António Carneiro; director científico: José Magalhães, 1.^a série, 1910-1912; 2.^a série, 1912-1932.

movimento do *Integralismo Lusitano*, com o seu órgão *A Nação Portuguesa* ⁽⁵⁾. Outras publicações como *A Rajada* ⁽⁶⁾, *Dionysos C)*, *Renascença* ⁽⁸⁾ patenteiam a diversidade desse intenso experimentalismo cultural (e em certos casos, político), perante a derrocada das posições que, antes, pareciam de vanguarda. Lado a lado com estas manifestações de combate, desenvolveram-se outros movimentos e orientações que vão buscar a sua fonte de interesses a exigências culturais de outra ordem, com uma maior anterioridade, embora também inseridas nas novas dúvidas e perplexidades. A esse respeito, poderá apontar-se a *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*, fundada em Junho de 1911 e que dispunha de um órgão próprio a *Revista de História* ⁽⁹⁾, interesses que se ligam, numa nova problemática, ao anterior *Arquivo Histórico Português* (1909). São muitos e às vezes efémeros, mas indicativos, grupos de estudo e debate que se formam, nesses quatro anos enervados ⁽¹⁰⁾ que abrangem quase todo o período que vai desde a proclamação da República até à eclosão da guerra de 1914-1918, numa intensa vitalidade crítica expressa em propostas de polimórficas finalidades, múltiplos meios de acção, muitas vezes, só projectos.

Quaisquer que tivessem sido os diferentes conteúdos que revestiu, a propaganda republicana era de natureza fundamentalmente histórica e nacionalista ⁽¹¹⁾. Era por essa via que o comportamento da Monarquia e dos seus políticos adquiria a explicação necessária que «irremediavelmente» os condenava. Dentro dessa perspectiva, não havia qualquer viabilidade de solução através da Monarquia: a Nação era apresentada como republicana e o rei apontado como transitório e já prejudicial

⁽⁵⁾ *Nação Portuguesa*. Revista de filosofia política. Director Alberto de Monsaraz, n.º 1, Abril de 1914, Coimbra

C) *A Rajada*. Revista de crítica, arte e letras. Director literário, Afonso Duarte. Director artístico, Correia Dias, n.º 1, Coimbra, 1912.

⁽⁷⁾ *Dionysos*. Revista mensal de filosofia, ciência e arte. Director Aarão de Lacerda. n.º 1, Coimbra, 1912. Cf. também *A Galera*, n.º 1, Coimbra 28 de Novembro de 1914. Ed. José E. da Costa Cabral.

⁽⁸⁾ *A Renascença*. Revista mensal de crítica, literatura, arte, ciência. Proprietário e Director Carvalho Mourão, Redactor Coelho Pacheco, Lisboa, vol. I.º, n.º 1 (único), Fevereiro de 1914.

⁽⁹⁾ *Revista de História*. Publicação trimestral. Director Fidelino de Figueiredo, n.º 1, Janeiro de 1912, Lisboa.

⁽¹⁰⁾ Cf. como exemplos: *Liga da Instrução Nacional*; *Academia de Estudos Livres*; *Academia do Comércio de Exportação*; *Academia de Ciências Coloniais*; *Instituto de Estudos Políticos, Económicos e Sociais*, etc.

⁽¹¹⁾ Cf. Phileas Lebesgue, *La République Portugaise, le sentiment national — Les ouvriers de l'ère moderne, La République vivante*, Paris, s. d.

(12). Teófilo Braga construiu uma tradição histórica (13) republicana não só para o séc. XIX, como para a própria evolução de Portugal, com uma importância decisiva na formação dos quadros republicanos, dando a eles e ao regime que propunham, uma verdadeira «tranquilidade» histórica. Oliveira Martins tinha desenhado um esquema da condenação da monarquia constitucional, no seu *Portugal Contemporâneo* (14), para esboçar uma solução política dentro de uma via cesarista que veio a ultrapassá-lo. É a propaganda republicana popular não fez mais do que agir segundo esse mesmo esquema para estabelecer o confronto Rei-Povo e liberdade-catolicismo. Por sua vez, a proposta positivista impunha o princípio da delegação a todos os quadros políticos e a completa supressão do poder moderador que um Presidente da República substituiria; acrescentava-se o domínio do legislativo, a eliminação da nobreza, como privilégio e da religião católica, como poder. Só nos importa referir que os argumentos, para tudo isso, eram de natureza histórica e as soluções resultantes eram políticas. A história era base essencial da «demonstração republicana, o positivismo iluminista a base da sua ideologia. E se, à primeira vista, a conciliação prática se revelou possível, na propaganda, a unidade doutrinária, uma vez conquistado o poder, era totalmente impossível. Havia que escolher entre «história» e «luzes».

Dentro desse ambiente, assim estabelecido ou circunscrito, definiram-se diferentes vias de exame da solução republicana que tinha passado a governar, independentemente das diversas correntes políticas, que tinham surgido. Não será fácil enunciá-las todas, mas podem agrupar-se em quatro grandes direcções. São elas, em primeiro lugar, uma alternativa de expressão existencial; outra de fundamentação tradicionalista; outra de formulário técnico-funcionalista e outra ainda humanístico-republicana. Estas quatro tendências com propostas específicas de solução, distinguem-se, com relativa clareza, numa autonomização que se desenvolve ao longo de um processo cujo início se entronca nesse ponto comum das carências da República não só para uma expressão suficiente da problemática política e cultural do País, como para a escolha de mentores que pudessem **vir a ser executantes à altura** da mudança de

(12) Cf. artigo editorial do 1.º número do jornal *O Século* subscrito por Magalhães Lima (Lisboa, 4 de Março de 1981).

(13) Teófilo Braga, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Lisboa, 1892, precedido de *Soluções positivas da política portuguesa*, Lisboa 1879.

(14) 1.ª ed. 1879; 2.ª ed. em 1883 onde propõe, no prefácio, a abdicação de D. Luís.

orientação que se tornava inevitável levar a efeito. Estas quatro vias acabarão por se tornar bem específicas, sem prejuízo, em alguns casos da sua confluência circunstancial ou até do aparecimento de outras, daí derivadas.

O movimento *A Renascença Portuguesa* reúne, na coincidência das suas recusas, a posição de fundamento existencial (o saudosismo de Teixeira de Pascoais), a humanístico-republicana (com Jaime Cortesão, cuja posição crítica no pensamento nacional pretende renovar e continuar a raiz histórica do pensamento republicano) e a técnico-funcionalista (onde avultam Ezequiel de Campos, Basílio Teles, Albano de Sousa e que vem a receber António Sérgio). A corrente que integrava a formação tradicionalista baseada na argumentação que remontava ao jornal *A Nação* publicado de 1847 a 1885, assentava, como razão próxima, na análise do fim inglório da monarquia constitucional e no desprestígio dos mais destacados representantes desta, incapazes de uma estratégia de defesa das instituições, dentro da lógica que elas implicavam. Surge ainda depois das dificuldades políticas extraordinárias levantadas pelas «incursões», e envolvia uma redefinição doutrinária radical.

3

Pelo que toca à minha pessoa, poderão acusar-me de não ter estilo, mas não de instabilidade de orientação mental

António Sérgio (1925)

Pelos elementos próprios da sua aprendizagem escolar e profissional, pela natureza dos interesses e formas de verificação que inicialmente praticou, acaso pela natureza autodidacta da sua preparação histórica e humanística, António Sérgio integrou-se, logo depois da proclamação da República, clara e expressamente, na corrente cultural técnico-funcionalista, onde o dedutivismo e o determinismo previsionista, que lhe são inerentes provinham culturalmente da crítica racionalista do positivismo e do crescente papel da tecnologia na sociedade, mesmo em Portugal, quando já se esboçava a introdução da viação mecânica, o desenvolvimento da electricidade, a mecanização da agricultura, a aplicação do adubo químico, etc. A via que, inicialmente escolheu para definir a sua atitude cultural foi, por um lado, a vertente pedagógica; e por outro, a exautoração exasperada da sociedade portuguesa, errada quanto à formação dos seus mentores e quanto à fundamentação histórica e «retórica» que lhes atribuía.

É com o preconceito anti-histórico, ao mesmo tempo, fortemente negativo para o passado português e para a mentalidade do escol «em exercício» que António Sérgio, quando já dissidente do grupo *Águia*, toma posição no conjunto cultural português. Num artigo publicado em fins de 1912 ⁽¹⁵⁾, usando já a sua característica ambiguidade de endereços ⁽¹⁶⁾ (que caracterizarão quase todas as suas polémicas e formas de citação), apresenta a sua posição anti-histórica, em concomitância com a hipótese do isolamento para explicar o «atraso» (que tinha por evidente) das sociedades peninsulares. A sua propensão para a prática pedagógica é ainda vaga. Mas identificando «historismo» com «defuntismo», fazia já a pergunta que nos revela a sua preferência exclusiva pelo raciocínio abstracto e anti-temporal: «Em que idade somos nós a nossa pessoa absoluta?». No modo como interpreta a ideia de tradição concede um peso exclusivo à evolução, como se esta se realizasse no modo como a razão do autor a estipulava para o conjunto do País. E como essa tradição, no caso português, era diminutiva do brio nacional pois lhe atribuía um conteúdo que fazia do «luso» (na sua linguagem desse período), ao longo da história, um depredador do trabalho dos outros, deveria ela ser substituída por um programa de pensamento que eliminasse esse conteúdo histórico e o* substituisse por uma formulação mais adequada ao presente e que exprimisse a necessidade de trabalhar para adquirir o que nos faltava, ou seja, o espírito de esforço e a persistência. E consegui-lo-ia por meio de uma instrução prática e tecnológica que substituiria a mentalidade histórica, retórica e parasitária. Desviava assim a história do eixo da formação cultural do português e onde se incrustavam as doutrinações vantajosas dos responsáveis, essencialmente retóricos. Para António Sérgio, a tradição portuguesa não honrava ninguém e para nada servia. Deveria, por isso, ser substituída por um novo dirigente-tipo, preocupado com a funcionalidade e a técnica, dentro de uma mentalidade cultural matemático-experimentalista, em vez do «bacharel parasitário» que continuava o fidalgo do mesmo teor. Mais do que uma tradição, era indispensável a Portugal uma tecnologia e uma eficiência. A manutenção dos ideais colectivos, a definição do herói, a memória dos sucessos, a possibilidade da

⁽¹⁵⁾ «Variações do amigo Banana, amador de estudos históricos sobre Inquisição e Humanismo; divulgadas para entretem dos ociosos por um seu familiar indiscreto, e também amador dos ditos estudos», *A Vida Portuguesa*, n.º 4, Porto, 12 de Dezembro de 1912, pp. 28-30.

⁽¹⁶⁾ Deste modo, chama a Teófilo Braga, Frei Bernardo de Brito e a Jaime Cortesão, Barbiruivo (sic).

história de Portugal conter elementos positivos e perduráveis, a circunstância de haver, não uma, mas várias noções de eficácia, adaptadas ao modo de cada povo ou comunidade nacional não eram argumentos ou possibilidades que o racionalismo de António Sérgio, nesta altura, considerasse com peso bastante para serem ponderados. Para ele, a tradição surgia como uma ensinança substituível, um interesse de grupo, não uma vivência. A manutenção da unidade como Nação, as sucessivas formas de ajustamento ao meio, em função das recursos e condições de cada época e de cada comunidade, a consideração desta como específica, por razões mais profundas que as racionais, nada disso intervinha no seu pensamento ao considerar as tradições nacionais. Estabelecia mesmo que havia duas tradições, em que a válida se estabeleceria tão só como «a continuidade nos propósitos ou a manutenção de todas as formas que não abafem o espírito novo». E concluía, a esse respeito, que «a tradição é não deixar perder o que se ganhou, é o inconsciente utilíssimo porque permite avançar sem sobressaltos»⁽¹⁷⁾.

O que há de mais saliente nestas definições ou indicativos propiciatórios é a ideia de que a tradição é constituída por actos racionais escolhidos e manobráveis pelos interessados ou pelo escol dirigente, de acordo com as exigências do seu contemporâneo, no modo como representa as necessidades do presente. A tradição é, pois, um acto voluntário meramente concebido pela razão e só assim vivido pelo comum das gentes. Passa, afinal, a ser, única e simplesmente, uma exigência do poder e uma força que lhe convém definir daquele modo e só por isso. O homem é exclusivamente do seu tempo, por ele se determina e manifesta, a partir da razão e da necessidade de sobrevivência: «dentro das armaduras dos avós giram agora ratazanas; e se for possível, por, desgraça, arrepiar caminho, era dar esporas ao Rocinante, galopar com toda a alma até alcançar o presente vivo». Considera pois, que, relativamente ao passado, «há mister de admirar, ajudar e venerar os historiadores e apreciar a historiografia, como a astronomia e a matemática»⁽¹⁸⁾. Mas mesmo nesse plano exclusivamente voluntarista, virão a ser substituídos: «o crime — creia — é sermos históricos e a vida não perdoa aos históricos, você sabe, caro amigo?». Considerava que a história «quando ensinada a valer é um sublime desvanecedor de preconceitos e paixões tolas», não a queria tomar no seu papel para a formação de um espí-

(¹⁷) António Sérgio, *Art. cit., A Vida Portuguesa*, p. 28.

(¹⁸) *Idem, ibidem*, p. 29.

rito que levasse à constituição e permanência de uma nacionalidade⁽¹⁹⁾.

A esta recusa da História como elemento essencial de cultura, segue-se a exaltação do português: «não temos a tradição e a disciplina do trabalho — do trabalho honesto e passicurto», uma vez que «enquanto nos conventos e no Estado mamava a turba dos Mendigos, os Aventureiros e a Galinha sustinham o Estado e o Convento. Madama Inquição, entretanto, purificava, unificava, luzitanava os luzitanos»⁽²⁰⁾. E daí passava para o comentário azedo de que «a história-apologia, entoada pela turba épica, tem fabricado portuguesesinhos tesos». A história não tem vivência e só serve para memória: nada mais é do que um sermão ou um pretexto; e de pouco serve para os portugueses, uma vez que «nós somos independentes e unificados do Algarve a Trás-os-Montes». E conclui: «a vitalidade é outra coisa».

A ideia de António Sérgio é de tomar a história como uma espécie de ideologia manejável com a virtude de transmitir o entusiasmo e o interesse de alguns mas que, na realidade, não tem expressão dinâmica; poderá parecer tê-la quando coincide com outro motor, como sucedia, por exemplo, com a Alemanha.

Num outro texto⁽²¹⁾ que se seguiu a este, embora ainda prévio à polémica que se aproximava, a propósito de um livro de Sílvio Romero, estabelece um paralelo entre as suas posições e as do autor brasileiro. Depois de renovar a diatribe contra o português parasitário, apresenta aquilo que, no seu entender, resolveria o problema: uma reforma da educação «que não é, como deves saber, a instrução livresca que a escola impinge». Nessa ordem de ideias propõe que a história seja anulada na instrução primária⁽²²⁾ e que, na instrução secun-

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 30.

⁽²⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁽²¹⁾ «Carta a José Fagundes, Poeta lírico, sobre o bacharel e suas causas», *Idem*, n.º 12, Porto, 17 de Abril de 1913, pp. 9194.

⁽²²⁾ A afirmação de António Sérgio («Carta a José Fagundes, etc.») de que antes dos catorze anos «se não deve ensinar a história propriamente dita», é atribuída a um «dizem-nos os pedagogos». Não me foi possível encontrar qualquer opinião que sequer se aproxime deste ponto de vista, em nenhum dos grandes pedagogos responsáveis até este período ou mesmo muito depois. Mais me parece ser uma forma de veicular a sua própria opinião, no modo que julgava impressivo em Portugal. Dada a sua forma de intervenção, se acaso existisse um pedagogo conhecido com essa opinião não deixaria de o mencionar. Mas, devo dizer que continuo a pesquisa para encontrar esse pedagogo, autor da declaração. O que desde já, no entanto, se pode afirmar é que ele não tinha — a existir — qualquer peso no pensamento e na prática pedagógica do tempo, como se pode verificar pelos programas em uso nas nações cultas.

dária, ela servisse para iniciar a criança nas realidades concretas e activas da vida social; suscitar o espírito crítico, apresentar factos; na instrução superior, deveria «desenvolver o espírito de investigação; apresentar problemas». E acrescenta: «a história, para a criança deve partir do presente — do conhecido e familiar, da sociedade local, da povoação em que vive» e quando começar a história propriamente dita «o essencial é conhecer-lhe as funções: neste jogo de xadrez que a história é, insistir mais na maneira de andamento de cada peça do que no conhecimento minucioso de todas as partidas realizadas» (23). Os seus exemplos assentam todos na referência a imagens de aparência histórica mas de conteúdo abstracto: «Suponhamos a Idade Média. Há o Rei, o Bispo, o Cavaleiro, a Torre, o Pião: importa saber o que pretendia ser e o que era cada uma das figuras, posuir o segredo dos intuitos e das fases principais da acção. Dos diferentes reis, papas, bispos, ricos-homens, concelhos, das cidades tomadas, das batalhas, das cortes, das negociações, dos monumentos, etc. — bastará conhecer de princípio só os exemplares típicos e os que foram grandes» (24).

Estes dois artigos são bem significativos para apreendermos a disposição de António Sérgio quanto à história, despojada da dimensão do tempo e integrada no contemporâneo. Foi esta sua atitude para com a história que veio a ser o ponto central da posição de Sérgio na cultura do primeiro quartel do nosso século, ainda que com algumas variantes e diversidade de aplicações. Sérgio representa nesta altura, a afirmação da possibilidade e depois a tentativa de constituição de uma interpretação contemporanista mas coerente da cultura portuguesa. Representa, pois, a recusa funcional e crítica do papel da história, procurando argumentar que tal projecto facilitava o ajustamento ao mundo contemporâneo que a presença da história comprometia. António Sérgio, com efeito, não aceita o papel criador do tempo, como criador de concretos, o que é muito diferente da permanência de factores de desenvolvimento que ele nunca deixa de medir pelo presente. Partindo de um racionalismo essencialmente estrutural e estático, não lhe interessava o que envolvesse a perspectiva de elementos subjacentes ou factores de gestação para além da viabilidade evolutiva e funcional. Usava o conceito de evidência racional e cartesiana, raciocinava e respondia dentro desse rigoroso esquema de interpretação. Integrado num meio cultural que ignorou, por muito tempo (e por completo) Freud ou Dilthey (25),

(23) *Art. cit.*, p. 93.

(24) *Ibidem.*

(25) Júlio de Matos, na sua segunda edição do seu *Tratado de Psiquiatria* (Lisboa, 1922) ainda não cita nem «prática» Freud.

inteiramente desconhecedor do debate histórico que se desenrolava na cultura europeia (onde Henri Berr, Huizinga e Delbrück são nomes correntes e fundamentais) ou ainda das questões sociológicas onde avultava a posição de Boas e as teses sobre as civilizações como formas de sobrevivência e não como elementos racionais de modelo único, a sua posição era a de supor que um racionalismo de cariz cartesiano e consequências kantianas, resolviam tudo, desde que o ideal de eficiência unificasse e simplificasse o universo psíquico. A sua ideia acerca da cultura europeia mergulhava no ihiminismo, no cartesianismo e nas capacidades radicalmente transformadoras da educação. O seu conhecimento de Hegel era elementaríssimo⁽²⁶⁾ e atacava Bergson com o mesmo vigor com que Teófilo desancava a Igreja Católica, partindo da suposição brunschwigiana de que a intuição era incompatível com a razão kantiana e de que não havia outro modo de conceber o processo racional. Apresentava, no entanto, essa sua posição um significado insofismável e de grande relevo como proposta: impugnava o papel da história na cultura; propunha, em sua substituição, uma alternativa funcional subordinada ao objectivo imediato da adaptação ao meio, entendida como uma forma evolutiva de um ajustamento de modelo geral privilegiado; os conceitos de grupo, de nação, de estado, eram decorrências da razão individual em situação de grupo. Era a primeira vez que, na cultura portuguesa, se formulava de uma forma tão peremptória uma concepção do mundo onde a história era uma simples superestrutura, e onde a função de ajustamento ao meio concreto, no tempo e no espaço, se colocava exclusivamente nos dados da razão presente e nos recursos materiais, onde a cultura se integra, na sua modalidade própria, como resultante racional, caucionada pelo presente: o modo como o mundo se organiza e se dispõe é necessariamente prático e funcional, as condições presentes têm peso definitivo. Daqui deriva, pois, a sua crítica às filosofias existenciais e intuitivas que ia conhecendo. A dialéctica da formação dos conceitos, quando encadeada numa definição complexa onde os factores internos das sociedades, como conjuntos dotados de vida própria, fossem mais importantes do que os processos formais de análise era totalmente estranha à sua concepção ou proposta de filosofia e de cultura. No ponto de vista económico ainda não estavam definidas as suas preferências, muito embora em dois artigos relativos ao livre comércio⁽²⁷⁾ fosse nesse

^{C26)} A definição que dá do conceito de *concreto* revela o desconhecimento do significado que lhe é atribuído por Hegel.

⁽²⁷⁾ «Questões económicas», «O Livre comércio», *A vida portuguesa*, n.º 21 e 22, Porto, 21 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1914.

sentido — como é lógico — a sua predilecção, pois a livre concorrência parecia-lhe ser naquela altura da racionalidade vitoriosa a expressão das economias robustas, já que só queria considerar uma forma de robustez: a anglo-saxónica e nórdica.

4

Em Portugal só há ordem e paz quando não se levantam conflitos de ideias. Quando estes surgem, tudo grita e ninguém se entende

João Chagas (1914)

Estes pontos de vista eram apresentados em *A Vida Portuguesa*, revista de inquérito à vida portuguesa e órgão da Renascença. Quando os escreveu, António Sérgio não era ainda uma figura de relevo na vida nacional⁽²³⁾. Peremptórios e definitivos contestavam opiniões com forte implantação e justificação na cultura portuguesa. Foram, decerto, notados sem, contudo, terem suscitado reacções perduráveis. No entanto, meses depois, António Sérgio renova com mais ênfase e virulência, numa prosa sempre difícil, a exposição daqueles mesmos temas⁽²⁴⁾. Acompanhava-os, desta vez, uma proposta de reforma radical que programava retirar essa tal presença escolar à história considerada responsável pelo erro de cultura e de orientação verificada nesta sociedade mal formada e mal constituída que era Portugal. Sociedade erradamente constituída e injusta, em si mesma, que, no seu entender, tinha resultado de um comportamento cuja tônica constante era o parasitismo. A história, com louvar ou narrar os feitos daí derivados ou por aí explicados não fazia mais do que prolongar os exemplos e permitir que esses vícios se mantivessem na sociedade presente. Havia pois, para António Sérgio, que tomar consciência dessa

(²³) De Setembro a Dezembro de 1912, o jornalista Boavida Portugal levou a efeito, no jornal *República um Inquérito à vida literária portuguesa*, mais tarde publicado em volumes (Lisboa, 1915). Nos depoimentos dos escritores que o jornalista tomou por mais notados (Júlio de Matos, Lopes de Mendonça, Teixeira de Pascoais, Augusto de Castro, Gomes Leal, João Grave, Adolfo Coelho, Veiga Simões, Júlio Brandão, Visconde de Vila Moura, Malheiro Dias) e ainda nas discussões que esses depoimentos levantaram (algumas delas bastante agressivas), o nome de António Sérgio é referido uma única vez e numa segunda carta, por Raul Proença, seu companheiro de dissidência, no meio dos nomes que o Dr. Júlio de Matos, com certeza, «conheceria».

(²⁴) «Golpe de Malho em ferro frio, aos portugueses de 16 anos que não ambicionam ser poetas líricos», *A Vida Portuguesa*, n.º 16, Porto, 2 de Agosto de 1913, pp. 121-128.

concepção errada de vida e substituí-la. A única solução era a transferência dos mentores da sociedade portuguesa, abrangendo todos os políticos: monárquicos e republicanos. Todos eles eram bacharéis: eis o novo responsável, depois do fidalgo! Passar-se-ia para quem dispusesse de instrução técnica e experimentalista e a exigisse. Assim se resolveria o problema português. Para tanto, era indispensável mudar os programas de ensino, estimular a procura do útil e do prático, a habituação ao trabalho e à responsabilidade. Deste modo, seriam os portugueses despojados dessa sua perniciosa mentalidade. Para isso, urgia cortar com a história e aprender as novas regras salvadoras como o estrangeiro as praticava, sobretudo, anglo-saxões, holandeses e outros da mesma área. Assim se chegaria ao escol (que poria de parte o bacharel, nova fonte de parasitismo) definido pelo activista, técnico e democrata auto-suficiente. O artigo reproduzia, como se vê, algumas das posições anteriores mas era acompanhado agora de uma espécie de teoria geral da decadência das Espanhas (que no texto se reduzia a Portugal e à Espanha, esquecendo a Catalunha, o País Basco, o Levante, etc.). Esta proviria — logicamente — do predomínio da conquista militar. E por que processo, pergunta Sérgio? É fácil dizê-lo: «a função cria, desenvolve, aperfeiçoa o órgão; e um povo que não precisa esforçar-se, pensar, empreender, inventar, produzir para ganhar a vida, porque saqueia, deixa de exercer essas funções e acaba por as perder totalmente»⁽³⁰⁾. Ora «o predomínio das tendências guerreiras foi, desde o princípio, a condição da existência das nações peninsulares....» pois que «desde o covil das Astúrias que andámos talando na moirama e vivendo do seu saque; e depois de uma época sedentária que normalizou a nossa Vida, o Infante D. Henrique e Afonso V continuaram a caça ao perro moiro, para além do estreito onde se acolhera»⁽³¹⁾. Em seguida, generaliza: «Em que consistiu, de facto, o modo de vida da nação nos séculos XVI, XVII, XVIII? Em sugar o infiel como dantes». E esclarece, em nota: «Creio que as causas da decadência dos povos peninsulares se poderiam resumir nestes dois termos: parasitismo e purificação: estas duas causas ainda hoje actuam. A feição política e religiosa que Portugal e a Espanha nos apresentam são verdadeiras necessidades desse modo de ser peculiar: são a organização do assalto armado, são as instituições conquistadoras. Com efeito, quem se apoia no seu trabalho, sente-se forte, quer garantias para a sua propriedade e sua

⁽³⁰⁾ Ob. cit., *ibidem*, p. 123.

⁽³¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 125.

indústria; mas quando o grande modo de vida é a ladroagem dirigida pelo rei, todos desejam ser da quadrilha e servir sob o manto de Sua Alteza: todos del-rei, diz o poeta, todos del-rei, todos del-rei! ⁽³²⁾. Ora sendo a história, para António Sérgio, o relato disso mesmo, não há que conhecê-la, há que substituí-la por outras formas de interpretar a sociedade portuguesa. A sua proposta é clara e até simples: «contra todos estes preconceitos:— não sabes trabalhar, porque descendes do parasita; há-de aprender com o estrangeiro; tens de te matricular na sua oficina —, se ergue o patriotismo lusitano» ⁽³³⁾. Ou ainda: «Dir-te-ão que aprenderes é desnacionalizar-te. Dizer que o povo português se perdeu porque se desnacionalizou é empregar uma palavrinha oca que fala ao sentimento e soa bem, mas que não explica coisa alguma» ⁽³⁴⁾. Insiste, pois, em que, em Portugal, neste momento, «a solução prática, imediata deve antepor-se a tudo mais. Programa: educar o português para o trabalho e para a justa vida social». Sendo assim, se o passado foi aquele que referiu, «só alcançaremos um viver decente quando atirmos completamente ao diabo o historismo e o Saudosismo.... Se o historismo, em toda a parte, é a morte a entorpecer a vida, para as nações ibéricas constitui ele muito especialmente uma monstruosa aberração porque o nosso viver histórico foi uma contradição monstruosa a todas as condições normais da vida e a todo o espírito da civilização moderna.... Já disse alguém que há mortos que é preciso matar: o Portugal histórico é dessa espécie» ⁽³⁵⁾. Eis pois, bem claramente, os dois alvos concomitantes visados por Sérgio. Não se sobrepuñam nem eram representados pelas mesmas pessoas. Mas estavam intimamente ligados pelo que a razão iluminada trazia ao homem e ao momento português.

Desta vez, a diatribe fulminante não ficou sem resposta, nem do lado dos «saudosistas» nem do lado dos «historistas». Da parte destes últimos, a resposta veio logo do próprio director da *Vida Portuguesa*, Jaime Cortesão ⁽³⁶⁾. Chama ele a atenção de António Sérgio para a incoerência das suas opiniões, uma vez que combate o historismo de que não gosta com outro de que gosta. Salienta-lhe também a falta de tempo histórico como dimensão crítica para estabelecer uma sequência aceitável desde o «covil das Astúrias» até ao presente, relacionados

⁽³²⁾ *Idem, ibidem*, p.126.

⁽³³⁾ *Idem, ibidem*, p.127.

⁽³⁴⁾ *Idem, ibidem*, p.128.

⁽³⁵⁾ *Idem, ibidem*.

⁽³⁶⁾ «O parasitismo e o anti-historismo, carta a António Sérgio» *A Vida Portuguesa*, n.º 18, 2 de Outubro de 1913.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

de uma forma artificial e imediata, quando, na realidade, tinham passado mais de mil e quinhentos anos entre o presente e a luta contra os mouros. Em seguida, Jaime Cortesão chama a atenção para a 'carinhosa' atitude de António Sérgio que inocenta os holandeses, ingleses e outros, em contraste com o verrinoso acinte usado para com os portugueses. E pergunta: haverá razão para isso? Reivindica, em contrapartida, a existência em Portugal de uma tradição inteiramente válida e superior, pelo que se justifica, sem qualquer dúvida, a existência e o estudo de um passado nacional que não envergonha ninguém.

António Sérgio, ausente no Brasil, acaba por responder, apercebido, decerto, da resistência que a sua tese anti-histórica tinha levantado, já que um amigo tão próximo como Jaime Cortesão lhe resiste e recusa, com veemência as suas conclusões brutais. Jaime Cortesão, na realidade, não esquece a posição de Sérgio nem a sua gravidade. Num artigo saído, logo a seguir, no n.º 22 da mesma revista e intitulado «Nacionalismo e Cosmopolitismo», vem dizer ao leitor que o movimento de «nacionalização» cultural é uma tendência da cultura contemporânea: «esse próprio ideal de lusitanização não passa da aplicação particular duma larga tendência moderna — a que leva as nacionalidades a definirem nitidamente a sua obra civilizadora, procurando fazer da sua acção actual um corpo vivo com raízes no passado» (37). Em seguida, refere o interesse que a literatura portuguesa tem suscitado no mundo culto europeu. Sendo assim, como se pode apresentar, com verdade, uma imagem tão depressiva do português? E conclui: «não deixaremos de pugnar pelo ensino da história e da história da literatura como meio educativo nacionalizante, absolutamente indispensável nas nossas Universidades populares» (38). Jaime Cortesão contestava, afinal, as duas questões principais da diatribe publicada por António Sérgio, como sejam, a necessidade da história como elemento essencial da cultura, e o sentido dos estudos científicos irem no sentido da valorização do pensamento histórico, ao contrário do que Sérgio acentuava.

Não obstante, a resposta de António Sérgio (39) tem para nós um interesse mais amplo. Por um lado, evidencia as suas formas predilectas de argumentação, exclusivamente presentista e racionalista, com a despromoção do papel do tempo e da sua dialéctica criadora. Por outro lado, esse processo de análise, estritamente racionalista e sociológico, praticado no meio

(37) *A Vida Portuguesa*, n.º 22, p. 9.

(38) *Idem, ibidem.*

(39) «O Parasitismo peninsular, carta a Jaime Cortesão», *Idem*, n.º 20, 1 de Dezembro de 1913, pp. 153-155.

cultural anterior às realidades que a guerra de 1914-1918 irá salientar, tem muito mais importância do que a sua base limitada quanto a conhecimentos ou informações poderia fazer supor. Representa expressamente, a manutenção de um desafio directo às raízes da cultura portuguesa. Esta que, até aquela altura, se tinha constituído, sempre, numa posição histórica, vê recusada, por Sérgio, a base da sua legitimidade. Recusa da história como fonte idónea de cultura e recurso indispensável de análise que, ainda por cima, é acompanhada de uma proposta própria para a sua substituição: o racionalismo propunha-se habilitar a mentalidade do português para uma acção utilitária e rentável que lhe permitiria — dizia Sérgio — recuperar o atraso em relação aos outros países europeus. Apresentava-se, assim, no panorama português anterior à guerra de 1914-1918, como um ponto de vista rigorosamente alternativo, com propostas bem definidas, para redefinir as fundamentações essenciais da cultura e da sociedade portuguesa, sem passar pela história. Seria isso possível? Jaime Cortesão recusou, nesta primeira polémica, semelhante proposta que Sérgio dizia ser a única alternativa para Portugal.

5

Fraternidade com todas as dinâmicas

Álvaro de Campos (1914)

A posição racionalista-funcionalista de António Sérgio não visou só o vector histórico. Ao mesmo tempo, procurou enfrentar também outra via cultural, definida no sentido existencial. É o que vai manifestar-se na polémica concomitante àquela primeira e que se desenrolou com Teixeira de Pascoais. A grande diferença era que o confronto ia fazer-se com quem se colocava, deliberada e ironicamente no polo oposto à posição racionalista. Teixeira de Pascoais partia do princípio que enunciava com toda a clareza, de que a razão nem explica nem exprime nem serve o melhor da natureza humana. O ataque de António Sérgio a Teixeira de Pascoais revelou o ponto especialmente significativo do seu modo que era a sua extrema dificuldade em aceitar, menos ainda atingir, um pensamento que se formulasse no sentido de apreender as áreas do homem que se colocam para além de uma lógica, seja predicativa, seja de relação. Profundamente imbuido da excelência da sua conceptualização e da universalidade do racional, considerava que essas posições abrangiam ou podiam abranger a totalidade do humano e só aceitava conceitos rigorosamente delimitados dentro do racional comunicado. É a mesma posição que lhe não

permitted to perceive the role or the sense of the intuition to which Bergson had given a philosophically updated sense, face to face with analytical developments, without reality, of psychology of a mystical nature. It is still the same attitude implicit in his study on the nature of affection, published in Rio de Janeiro in 1913⁽⁴⁰⁾ where, without any hesitation, he continues to cite with all the authority and security, the atomist psychologists and determinists.

In truth and finally, the confrontation of António Sérgio with the specific concepts of those two currents more important within the Portuguese Renaissance date from the beginning of its constitution. António Sérgio, in the first issue of the magazine *Águia*, publishes an article on Oliveira Martins which, by the nature of the exposition and even by the point of view in which it is expressed, does not yet collide, in a clear way, with the interpretation which will characterize the magazine⁽⁴¹⁾. But, in the course of the year 1912, there is the departure of António Sérgio and of Raul Proença from the group of the Portuguese Renaissance. Teixeira de Pascoais gives the echo of the occurrence in an article published, in October of 1913⁽⁴²⁾ dedicated to Raul Proença, immediately followed by another, in the same sense, dedicated to António Sérgio⁽⁴³⁾. This, while multiple insinuations were dispersed by his articles while he was in Portugal, ends by only responding in January of 1914⁽⁴⁴⁾ to Teixeira de Pascoais which, in its turn, he replies in the immediate issue⁽⁴⁵⁾, for in April of the same year, the response of António Sérgio⁽⁴⁶⁾, in the same issue commented on by Teixeira de Pascoais⁽⁴⁷⁾. But the question does not close. In June of 1914, Sérgio returns to write

⁽⁴⁰⁾ António Sérgio, «Ensaio de Psicologia e pedagogia. Da natureza da afecção», *Separata* n.º 9, Ano IV da *Revista Americana*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.

⁽⁴¹⁾ António Sérgio, «A ideiação de Oliveira Martins», *A Águia* n.º 1, Porto, Janeiro, 1912, pp. 29-30.

⁽⁴²⁾ Teixeira de Pascoais, «O saudosismo e a Renascença, a Raul Proença», *A Águia*, n.º 10, Outubro de 1912, pp. 113-115.

⁽⁴³⁾ Teixeira de Pascoais, «Ainda o saudosismo e a Renascença, a António Sérgio», *A Águia*, Porto, n.º 12, Dezembro de 1912, pp. 185-187.

C) António Sérgio, «Regeneração e Tradição, Moral e Economia. Carta a Teixeira de Pascoais», *A Águia*, Porto, n.º 25, Janeiro 1914, pp. 1-9.

⁽⁴⁵⁾ Teixeira de Pascoais, «Resposta a António Sérgio», *Ibidem*, n.º 26, Fevereiro de 1914, pp. 33-38.

⁽⁴⁶⁾ António Sérgio, «Despedida de Julieta», *A Águia*, n.º 28, Porto, Abril de 1914, pp. 109-112, com data de Nice, 14.3.1914.

⁽⁴⁷⁾ Teixeira de Pascoais, «Última carta?», *ibidem*, n.º 29, Maio de 1914, pp. 129-137.

a Pascoais ⁽⁴⁸⁾ que replica, encerrando-se então formalmente a polémica, muito embora tivessem permanecido inalteráveis as posições fundamentais dos dois.

Este outro debate começou com um artigo de Jaime Cortesão que servia de editorial a um número de *A Águia* ⁽⁴⁹⁾. Nele fazia a defesa sociológica do Saudosismo, a partir dos dados da psicologia social, uma vez que «um dos principais males do português é a franqueza, a hesitação da vontade impulsiva e brusca resolvendo-se em fogachos de pouca duração» ⁽⁵⁰⁾, de que resulta essa «apagada e vil tristeza» a que Camões já tinha aludido. Qual o meio de combater tão desastroso estado de espírito? Jaime Cortesão responde que «só os poderosos impulsos afectivos podem acordar... as fortes volições», o que se consegue ministrando «ao doente o único remédio possível, acordar para uma clara consciência os seus mais genuínos sentimentos, as virtudes que lhe são próprias». São esses sentimentos o saudosismo, o sebastianismo, o misticismo, que pela manifesta identidade que com ele têm, poderão galvanizar o povo português. Naquele mesmo número da Revista, Teixeira de Pascoais, perante a «saída» de Raul Proença, voltava a afirmar que o saudosismo nada tinha de incompatível «com o moderno espírito europeu», antes o acompanha, sem que «o português, contudo, perca nisso o seu perfil inconfundível» ⁽⁵¹⁾. E logo a seguir, dirige-se a António Sérgio, acentuando o princípio de que «uma Pátria é uma individualidade» e adverte, tão funcionalmente como o seu antagonista, mas noutra base: «Ai dos povos que negam a sua alma e a sua tradição, e as desprezam e não querem procurar nelas as novas energias criadoras! São povos condenados irremediavelmente à morte» ⁽⁵²⁾. Partira, pois, de uma posição contrária à que Sérgio tinha, anteriormente, defendido. A resposta de Sérgio formulada num modo irónico, tinha a intenção, bem característica, de procurar minimizar racionalmente o poeta, lançando-o para uma área, precisamente fora do «funcional» de onde eles julgava que ninguém, lúcido, queria sair: «pareceu-me que o meu amigo me refutava com uma sonata de Beethoven». Na prosa de Pascoais via

⁽⁴⁸⁾ António Sérgio, «Explicações necessárias do homem da espada de pau ao arcanjo da espada de relâmpago», *A Águia*, n.º 30, Porto, Junho de 1914, pp. 170-175.

⁽⁴⁹⁾ Teixeira de Pascoais, «Mais palavras ao homem da espada de pau», *A Águia*, n.º 31, Julho-Dezembro de 1914, pp. 1-5.

⁽⁵⁰⁾ Jaime Cortesão, «Da 'Renascença Portuguesa' e seus intuitos», *A Águia*, 2.ª série, n.º 10, Outubro de 1912, p. 118.

⁽⁵¹⁾ Teixeira de Pascoais, «O saudosismo e a 'Renascença'», *A Águia*, n.º cit., p. 114.

⁽⁵²⁾ Teixeira de Pascoais, «Ainda o saudosismo e a 'Renascença'», *A Águia*, n.º cit., p. 186.

«frases que o deliram» e lamentara «como uma vítima do ambiente social»⁽⁵³⁾. Mais um bacharel! Exibe, alegre, a imagem de que o presente é a locomotiva que «puxa» o passado, para logo a seguir, com total desconhecimento, mencionar o exemplo japonês⁽⁵⁴⁾. O seu objectivo era recusar a intuição e continuar a recusar ao «passado» qualquer papel dinâmico na construção efectiva do presente. Essa tarefa só podia caber à razão e aos «motores» do presente. A resposta de Pascoais surpreende pela perícia poética, ajustada às suas ideias fundamentais e à forma irónica que Sérgio pretendia fosse sua: «o meu amigo é igualmente um rouxinol que se mascarou de peixe para meter medo ao saudosismo!»⁽⁵⁵⁾ E acenando-lhe com Unamuno, dá o nacionalista como «uma vítima simpática das Cartas constitucionais, dos-eléctricos, do *underground* furando num delírio, o subsolo de Londres, do vapor, do *bico auer*, e oxalá o não seja da viação aérea!»⁽⁵⁶⁾. Acusa-o de não crer «no génio dos povos», enquanto ele, Pascoais, crê que «um homem de génio que aparece num povo, é um *enviado* desse Povo, uma sua síntese individual. Todo o povo está nele; e, por intermédio dele, cria as suas novas aspirações e o processo de as realizar. Há momentos em que um só homem é um povo: Camões»⁽⁵⁷⁾. António Sérgio não aguenta estas respostas líricas, ainda que pesadas de consequências, mas expressamente desinteressadas da exposição racional, funcionais, como se viu atrás, mas que para ele eram a essência do absurdo português. Chorado, Sérgio replica que «falo e falarei para os neutros, para os materiais, ou para os que tiverem degenerado do temperamento fantasista, etc...»⁽⁵⁸⁾. Pascoais, então, naquilo que chama a sua «última carta?» chama a António Sérgio de Othelo e diz-lhe que a sua forma de expressão «é a peor das retóricas, a retórica sub-verbo, penetrando a essência da palavra, a roer-lhe o espírito»⁽⁵⁹⁾.

Valerá a pena prosseguir? É toda uma polémica de frases contrarfrases, Sérgio acusando Pascoais de falta de razão e este respondendo-lhe que ainda bem e Pascoais acusando Sérgio de falta de sensibilidade e este respondendo-lhe que ainda

⁽⁵³⁾ António Sérgio, «Regeneração e Tradição, Moral e Economia», *A Águia*, n.º cit., p. 5.

⁽⁵⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁽⁵⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 8.

⁽⁵⁶⁾ Teixeira de Pascoais, «Resposta a Antonio Sérgio», *A Águia*, n.º cit., p. 37.

⁽⁵⁷⁾ *Idem, ibidem*.

⁽⁵⁸⁾ António Sérgio, «Despedida de Julieta», *A Águia*, n.º cit., p. 112.

⁽⁵⁹⁾ Teixeira de Pascoais, «Última carta?», *A Águia*, n.º cit.

bem... E assim prosseguem até final, ficando cada um na sua: Pascoais, saudosista e funcional; António Sérgio, funcional e racionalista.

Era, em grande medida, um diálogo de surdos. Mas não nos devemos iludir. Teixeira de Pascoais, na sequência, aliás, da atitude percursora de Oliveira Martins e tendo em conta o processo cultural no sentido de uma substantivação mais diversificada, tentava neste princípio do século XX, uma caracterização do Português atribuindo-lhe um conteúdo psicológico denso e próprio, sobretudo através daquilo a que chamava o saudosismo. Tentava consubstanciar neste termo e naquele sentimento um conjunto de características psíquicas e sociais que definiriam o «tipo» português, de uma forma que pudesse explicar a sua arte, a sua literatura, e orientar quase programaticamente, o seu comportamento público. Era, de alguma maneira um projecto de expressão psicológica com viabilidade sociológica, estabelecida dentro de uma tonalidade de simpatia e auto-valorização, mais um estado de espírito do que uma exigência de razão. Esta, sem deixar de existir e de servir, dependia expressamente da sensibilidade, sua superior. Para Teixeira de Pascoais a vivência substituía a demonstração. Era, afinal a primeira alusão à «maneira portuguesa de estar no mundo». Não era uma novidade no mundo europeu da cultura. Exercitava-se em formas de análise sociológica que Worringer, por exemplo, tinha aplicado ao Gótico e Léon Gauthier à Cavalaria. Podemos considerar que remontavam a Burckhardt, Nietzsche e tinham os seus fundamentos teóricos em Dilthey, embora Teixeira de Pascoais, muito provavelmente, nem sequer sonhasse com tanta filiação cultural. Mas estava absolutamente seguro do seu significado muito mais do que a sua linguagem poética parecia fazer supor. A sua teorização maneja o princípio de que o todo é mais importante do que a parte, por ele condicionada, como expressão e sentido.

O esforço e a proposta de Pascoais marcaram a época; definiram até um via de estudos sociológicos e críticos que chegam a Jorge Dias e tiveram um papel decisivo na mentalidade portuguesa do século XX e que ainda hoje persiste, para além dos conteúdos iniciais. António Sérgio não compreendeu, nem podia compreender, o alcance da posição de Pascoais, dada a inclinação pedagógica que preferia, o conteúdo dos seus juízos racionalizantes e até das suas propostas cuja concepção exautorante e restritiva do português lhe davam finalidades completamente diversas. Partia dos conceitos de «isolamento» (de que fazia derivar, como se fosse obrigatório outra exautoração, a do «purismo») e de parasitismo que fazia derivar da reconquista e do espírito guerreiro. Tudo consequências. Não

lhe pareciam importar muito as categorias sociais portuguesas, interessado como estava em salientar a importância do «estrangeiro», na formação de Portugal e na sua manutenção como estado independente.

Era, portanto, impossível entenderem-se, argumentarem, sequer. A posição «sentimental» de Teixeira de Pascoais não era, como se vê, tão primitiva como António Sérgio queria fazer supor. Mas, dada a formação intelectual e a força dos princípios doutrinários de que partia (a funcionalidade, no racionalismo cartesiano das coerências lógicas como suficientes, pois a elas tudo se podia reduzir) não podia, de forma alguma, ter outro ponto de vista. Assim nem a história, como força ancestral (e não racional), nem a intuição, como força global (não enunciável pelo mero racional) pertenciam ao seu universo e à mensagem que desenvolvia na cultura portuguesa. A sua crítica à história tem o mesmo fundamento da crítica ao saudosismo. Partem da base de que toda a cultura é racional ou racionalizável. Antes da guerra de 1914-1918, António Sérgio comentava sempre as afirmações sobre a importância da história como elemento constitutivo da personalidade nacional e a sua capacidade de realização como um disparate, considerando-a um mero epifenómeno cultural. E no entanto, no domínio da sociologia, da história, da psicologia, da filosofia, tal como no campo da epistemologia e da teoria do conhecimento, as posições equiparadas às de Pascoais e a sua aplicação aos campos da arte e da ciência (para não falar da filosofia) eram já comuns. Lembraremos Schopenhauer? Kierkegaard? Max Scheller? William James? E não começava a despontar, em Portugal, na História, Paulo Merêa? A necessária razão necessária não era já a forma suficiente de análise e de coerência ou a expressão satisfatória da vida. Henri Poincaré já tinha publicado a *Science et hypothèse* e *La valeur de la Science*. A Psicologia da forma já tinha avançado em grandes passos. Freud já era constantemente citado. Yung já falava no subconsciente colectivo e mesmo em França essas noções começavam a tornar-se acessíveis. Com uma riqueza e uma profundidade excepcionais, embora, talvez com excesso de zelo, Leonardo Coimbra, em Portugal, chamava intemeradamente a atenção para a complexidade do real, sem o viciar na racionalização generalista. Mas, em verdade, a atitude de António Sérgio tinha motivações úteis. Como, perguntava ele, sem ser pela razão, dar ordem aos caos? Podia uma cultura dispensar a razão quando ainda a não tinha explorado exhaustivamente? Podia explorar-se a intuição, quando nem sequer a razão se tinha explorado? A esse respeito, Sérgio tomava uma posição deliberada. Válida? Suficiente? Não tanto. Mas era mais um desafio clara-

mente posto à cultura portuguesa. E esta mesma cultura, pela voz de Teixeira de Pascoais e de Jaime Cortesão assim como de Fidelino de Figueiredo no campo da problemática da história científica, também lhe respondeu claramente. Recusou com polémica — muito menos «isolada» do que Sérgio queria fazer crer — a proposta do racionalismo exclusivo que tomaram por simplista e superficial. Contudo a função de Sérgio foi não os deixar vencer, sem o debate; mesmo primariamente cartesiano, ele tinha algo a dizer na cultura portuguesa, como seja, o desafio e propor uma análise da realidade e dos seus problemas na proposta de uma cultura sem história e sem saudosismo. Não convenceu. Mas os portadores de propostas não precisam só de convencer; precisam de as manter argumentadamente e de as constituírem como alternativa cultural.

As publicações de Sérgio, durante o período entre 1914 e 1918, desenvolveram obstinadamente essa sua posição funcional anti-histórica e exautorante. Aplicou-a, sem descanso nem recuo, embora os resultados críticos verificados tivessem sido muito limitados. É verdade que a Grande Guerra de 1914-1918 vinha revelar, de um modo ofuscante, quão escassa é na vida dos homens a película racional sem que seja sequer sempre indispensável. A verdadeira cultura terá de aceitar a dimensão racional mas não pode pretender que ela se substitua ao real. Este integra-se num conjunto de exigências, ponderáveis de diferentes modos. Este ponto de vista não transforma os homens em seres elementares ou irracionais, mas apresenta-os como seres cuja complexidade não é automática nem necessarista; dá-os em constante mutação; usando coerências e modos diversos não necessariamente discursivos. A racionalidade não é a única medida nem ela só conduz a resultados satisfatórios e completos. É um instrumento para a compreensão do homem, não é o homem.

6

A Guerra de 1914-1918 e o seu difícil desenvolvimento tiveram consequências tanto no ponto de vista político e militar, como no domínio da cultura. Foi a prova prática e descomunal de que a via racionalizada é um aspecto significativo mas particular do humano e pode tornar-se um luxo axiomático se acaso pretender dispor do exclusivo do acesso a esse mesmo humano. A única maneira de a tornar eficaz é considerar que a interpretação e análise do real assim como o carácter válido do homem implicam e envolvem mais recursos e referências do que a mera razão, para assegurar credibilidade e penetração à imagem que formulou sobre o homem e o seu ser. A verdade

é possível sem que resulte exclusivamente da razão. Este ponto de vista tinha importantes consequências na metodologia crítica e na investigação que já não integrava só as exigências dos métodos chamados matemático-experimentais e enfrentava exigências gnoseológicas mais exigentes e diversificadas. Posição que se generalizava a toda a ciência e era de há muito, a base de pesquisa e de análise em ciências humanas. Max Weber, William James, Henry Berr, Werner Sombart, Freud, Yung, Oswaldo Spengler, Ernest Cassirer, Vilfredo Pareto e tantos mais chamavam, de diferentes modos, a atenção para o complexo do real, a que se não chegava só por esquemas lógicos ordenadores. A fundamentação histórica, psicológica, sociológica, do real ia muito para além do racional, percebido ou potencial. Tem sido esta, em verdade, desde sempre, a essência da cultura europeia que chamava a atenção para a utilidade do racional como tutor de um guia analítico sem que o dê como esquema bastante. Por sua vez, no post-guerra poucos podiam sequer compreender que o papel da história fosse secundário ou que a tradição fosse uma categoria manejável na sua essência, quando tantos milhões a viveram até final. A tradição era o que era e os povos, para se definirem, não podiam dispensá-la. Noutro aspecto, não menos importante para o tempo, os portugueses, pela voz de Joaquim Bensaúde, Malheiro Dias, Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite, Jaime Cortesão e tantos mais participavam activamente na apresentação dos descobrimentos como um complexo fenómeno nacional e europeu. A opinião de que a história de Portugal era um acto realizador original não era, decerto, só portuguesa; investigadores estrangeiros de grande qualidade viram, também, na história de Portugal aspectos de fundamental interesse que o «estrangeirismo», o «purismo», o «parasitismo» ou outros «acintes» irritados, abstractos e gerais, de modo algum, eram capazes de apreender de modo satisfatório. Entretanto, Oswaldo Spengler tinha publicado, ainda durante a Guerra (1917) o seu livro *A Decadência do Ocidente* que renovava outra interpretação do determinismo histórico. Também ele considerava que a razão exprimia mais do que dirigia. O reforço do bergsonismo, o expressionismo, o surrealismo, a proliferação tresloucada do freudismo, o marxismo-leninismo davam simultaneamente complexidade e dinâmica aos fenómenos sociais, chamando a atenção para a forte dimensão — provisória ou definitiva — do não racional ou do subjacente.

Todas estas interpretações estavam longe das considerações que partiam de um cartesianismo tutelar, para satisfação dos sociólogos mestre-escola e das suas doutrinas da mudança das sociedades pela alteração dos programas de ensino

ou das filosofias escolarizadas. A realidade era muito mais complexa. Os elementos programáticos das propostas de António Sérgio vindas do tempo em que a razão se julgava ser, para muitos, o guia soberano dos povos deixavam de interessar. Os pedagogos da revolução pelo ensino deixaram de ter eco bastante para constituírem uma corrente de opinião. E a suposição de que era possível modificar o teor de uma colectividade suprimindo a dimensão histórica às suas elites ou ao seu povo revelava-se uma ingenuidade ambiciosa de educador ensoberbecido. A posição de Jaime Cortesão tinha vencido: havia que aprofundar a história, não que a suprimir. Por sua vez, a posição de Teixeira de Pascoais continuava a ser, muito mais do que uma ingenuidade. Apresentava-se antes como uma força colectiva que chamava a atenção para a anterioridade dinâmica, para a amplitude e profundidade dos sentimentos nacionais ordenadores da mentalidade dos povos que António Sérgio julgava ter interpretado bem considerando-os exigências válidas para os estímulos presentes, na sua memória útil. O passado remoto, a arqueologia cada vez se revelavam mais necessários à cultura do homem. A Guerra e os grandes movimentos colectivos das nacionalidades balcânicas, checas, bálticas e até francesas e alemãs vieram desmentir as formulações exclusivamente racionalistas do nacional. Jaspers irá desenvolver noutros moldes o que Jung antes tinha, muito claramente, dito.

7

Não minta, ouviu? Diga a verdade, já lho disse.

Almada Negreiros (1921)

Entretanto, em Portugal, o post-guerra dava mostras de um vincado e patente renovo das motivações históricas e apontava para uma apaixonada revisão dos seus métodos, nada para a sua supressão. O prestígio dos eruditos e dos investigadores críticos, Paulo Merêa, João Lúcio de Azevedo, Leite de Vasconcelos, Joaquim Bensaúde, Carolina Michaelis de Vasconcelos, Malheiro Dias davam prestígio à crescente importância da historiografia portuguesa cujos resultados se ligavam à influência alemã em contraste com os medíocres resultados da historiografia de influência positivista, dominante na Faculdade de Letras de Lisboa e expressa em nomes como Agostinho Fortes, António Ferrão ou Queiroz Veloso, etc. Por sua vez, um grande número de eruditos trazia para a pesquisa uma crescente exigência de rigor. A história continuava a dispor de uma verdadeira aura cultural. A crítica a que fora sujeita e a defesa que

promovera, ao lado dos acontecimentos que, como vivência, a confirmavam tinham levado a distinguir entre a história como investigação científica e o passado como experiência acumulada vivida em comum, elemento essencial de sensibilidade de uma Nação. A história tinha-se imposto como um ingrediente indispensável para a cultura nacional tão evidente como a área do consciente, o modo de produção, a demografia ou as estradas. O historiador tinha de estudar e de perceber o desiderato de uma nacionalidade desenvolvida ao longo do tempo; não se podia dar ao luxo de o substituir, menos ainda de o «ensinar» como gostava que tivesse sido. O debate histórico deslocava-se; apontava para uma historiografia que procurava definir dinâmicas dirigidas a motivações colectivas e os seus heróis ligavam-se a forças sociais concretas. Desenvolvia-se uma historiografia que procurava «compreender» o passado, como a expressão da estrutura constituída por cada nação ou Estado e expressa nas instituições, na sua arte, literatura, vida política, forma de sociedade e hierarquia. A história de Portugal de Damião Peres e Paulo Merêa para uso dos estudantes do liceu apresenta a forma média tomada por essas novas exigências. José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos, Virgílio Correia, depois de Joaquim de Vasconcelos logravam constituir os fundamentos para o restabelecimento de uma história de arte orientada para o encontro de uma «manifestação» portuguesa. Definiam-se os heróis, a expressão superior das variáveis que realizavam a sequência nacional. A sua existência é já uma justificação que se desenvolve e o seu sucesso público transforma-se, para o presente, numa prova de que a Nação tem algo de próprio e sabe escolher quem a defenda. O herói eficaz é uma ideia fundamental no post-guerra português. Em qualquer caso, a historiografia tutelar e voluntarista deixava de ter audiência. Os debates da sociedade, da cultura e do homem iam desenvolver-se na procura de interpretações de conjunto e no encontro dos fenómenos económicos e sociais como causalidade própria, num colectivo dotado de força para levar a que se tome consciência de situações e se imponham decisões. As formas de agregação como sejam a classe, o tipo de mentalidade, a nação, o tipo humano, as instituições, a raça, desenvolvidas por Marx, ou Pareto, Hauriou, Max Weber, Spengler ou Sombart propunham interpretações que, sem deixarem de obedecer às exigências da prova científica, recusavam argumentadamente qualquer semelhança com as ciências experimentais ou matemáticas cujas tentativas para se tornarem o modelo superior de ciência tinham acabado por perder audiência ou apoio de muitos dos seus mais cotados representantes. Poucos já se lembravam dessas ambições. Depois da Guerra de 1914-1918, em

face da revolução bolchevista russa, do fascismo italiano e das expressões espantosas do misticismo colectivo, as motivações humanas revelam uma dinâmica profundíssima, muito para além do imediato, do visível, do racional. A questão do historiador e do crítico residia em encontrar ou apreender categorias proporcionais aos factos referidos nos documentos. Nem estes nem a simples razão bastavam.

Ao contrário do que muitas vezes se tem dito, a cultura portuguesa, na sua evolução global e na definição dos seus interesses, vistos dentro dos seus próprios recursos, continuava em condições, à sua maneira, de se aperceber desta transformação ou novas exigências, muito embora lhe faltassem recursos materiais, instituições de suporte, e formas de actualização para as programar e desenvolver.

Ao mesmo tempo, com a Grande Guerra de 1914-1918, e dentro da crítica ao sistema que se desenvolveu entre 1910 e 1914, tomaram consistência, entre nós, propostas políticas alternativas relativamente ao republicanismo parlamentar, definiram-se até as bases sociais da «renovação», oriundas sobretudo da classe média da província, nos grupos profissionais mais qualificados das cidades de Lisboa e Porto e cuja promoção e renome não estavam dependentes da evidência política e estava até em conflito com esta última ⁽⁶⁰⁾. Conceberam mesmo estes últimos até à necessidade de se armar e assim, pela primeira vez, na Europa, apareceu uma milícia de rua, daquela proveniência social a enfrentar as forças governamentais na Revolução de 6 de Dezembro de 1917 ⁽⁶¹⁾. Desde o início da guerra e durante o seu desenvolvimento, a retórica das posições gerais, fossem elas quais fossem, sofreram um desgaste definitivo. A própria guerra europeia teve um desenvolvimento específico que nunca foi apreendido pelas opiniões irrelevantes dos próceres do regime. O país não percebia as suas ambiguidades fora de ocasião, ainda que pró-aliadas. As generalidades discursadas estavam muito longe de um ajustar atinado à evolução subtil dos acontecimentos. E pode dizer-se que tanto em política interna, como externa, a intervenção especificamente republicana, em termos de partido, se não estava esgotada, em sinceridade, não formulava quaisquer novidades para as soluções. Foi a certeza pública do esgotamento quanto às soluções esperadas do parlamentarismo **que esteve** por detrás da vitória do movimento militar de Sidónio Pais e depois do final da

(60) Jorge Borges de Macedo, «A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo», *Economia*, vol. III, n.º 3, Lisboa, Outubro 1979, pp. 427-453.

(61) Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1921.

guerra, do movimento de Monsanto e da Monarquia do Norte. O país político não apresentava propostas dentro do sistema, ao mesmo tempo que aumentavam os recursos sociais, humanos e ideológicos, para as alternativas apercebidas e que constituíam a base das propostas para quem o criticava. No contexto em que figuravam essas alternativas, definiam-se melhor as classes sociais, os seus interesses e os confrontos tinham audiência pública. No mesmo sentido, o País cultural agravava a severidade com que criticava a programação republicana, com o seu desperdício das oportunidades e das capacidades de conciliação nacional. Ainda apareciam «declarações» sobre a reforma pela escola, através de mestres e programas, mas a ideia de, por esse modo, se chegar à «mudança» tida por necessária da mentalidade, para dar alcance e qualidade às reformas políticas, convencia poucos. Entre 1917 e 1919, ainda aparecem projectos de «renovação» pela escola, mas, insensivelmente, são cada vez mais os apelos à acção política directa ou aos agentes sociais em que ela se apoiava. A revista *Pela Grei* ⁽⁶²⁾ dirigida por António Sérgio exprime o equilíbrio entre esses dois tópicos — a reforma da educação e a reforma política, só que os projectos de educação vão-se tornando, insensivelmente, muito mais consequentes do que motores. E percebe-se. Nesse sentido, Newton de Macedo dizia, a propósito de Leonardo Coimbra, que «a dura experiência da guerra actual aliada ao triunfo do ideal democrático veio patentear a necessidade de vivificar as suas raízes ideológicas na seiva revitalizante de novas atitudes ⁽⁶³⁾. Ia pois formular-se uma nova problemática cultural, tanto no sentido de responder às novas exigências do inconsciente, do irracional e do colectivo cuja importância se tinha revelado decisiva. Mas, em face dessa pressão brutal, onde iria parar a dignidade do racional? Acaso com o seu rebaixamento sem resistência não perderia o homem o sentido dessa dimensão, também essencial? Cortesão e Pascoais fizeram bem quando resistiram à prepotência do racional que Sérgio encabeçava. Quem iria agora resistir à prepotência do inconsciente e do irracional? Apesar do avanço técnico, das normas da educação clássica, assente na força de vontade, na predominância humanística e na hegemonia da ciência, o homem tinha-se revelado intransigentemente o mesmo, na intensidade da sua vivência não-normativa e supra-racional. E como se revelaria ele se a educação começasse por endeusar o homem imediato,

⁽⁶²⁾ *Pela Grei*, Director António Sérgio, Secretário de redacção Reis Machado, Lisboa, 1918-1919.

O Newton de Macedo, «Crítica a A luta pela imortalidade de Leonardo Coimbra», *A Águia*, n.ºs 85-87, Janeiro a Março de 1919, p. 47.

subconsciente, sujeito às exigências da massa, perdido o conceito de escol? A defesa da razão, nesta nova área do debate voltará a ser essencial. Mas não podia ser um racionalismo ensoberbecido; não podia ignorar as forças irracionais e subjacentes de que o homem é também composto. A defesa do racionalismo teria de prosseguir com novas armas e outra tolerância. A questão principal porém, não era essa. O que ia por-se com toda a exigência e novidade era saber-se como adequar o racionalismo, sem o trair, às culturas diversificadas; como integrá-lo «no informe mundo», como trazê-lo ao complexo do real, de estratos até aí subalternizados e dar-lhe a possibilidades de os apreender, sem os esquematizar em máximas formuladas antes do acontecer. A questão não era só portuguesa; pertencia a todas as culturas. E vislumbrava-se que afinal essa ideia do atraso nacional podia, muito simplesmente, ser um esquema errado que salientava, indevidamente o progresso técnico geral e distinto da cultura e da ciência, desinteressado das virtualidades do particular.

8

A nacionalidade tinha-se consolidado e diversificado e tinha adquirido esperança muito mais através da sua base histórica e sentimental do que pelo racionalismo cartesiano, por toda a parte, quase esquecido. Estava em condições de integrar as soluções contemporâneas. Enquanto prosseguia, depois de 1922, a defesa do escudo (outra expressão, esquecida da capacidade nacional), a historiografia portuguesa, quer no domínio das ideias quer na apreensão de formas de análise diferenciadas, nada perdeu da sua capacidade orientadora da cultura portuguesa sem prejuízo das aquisições da tecnologia, das ciências matematicamente exactas e do pensamento filosófico. Como se viu, a pré-história, a história da arte, a defesa das realizações portuguesas face aos outros «nacionalismos» da historiografia estrangeira, a história do direito (como demonstração da capacidade de ajustamento autónomo da grei às soluções que lhe convinham), a história da literatura (incluindo o estudo das formas médias), a história das minorias, a biografia conheciam uma força e uma audiência extraordinárias. A sua substituição por habilitações a que se chamavam práticas não se fez. Pelo contrário, surgiram novas propostas de análise e de interpretação, propunham-se hipóteses que antes tinham tido pouca audiência ou cujo significado não tinha sido percebido.

No ponto de vista prático, não deixou de se formular o projecto de reexaminar o conjunto dos heróis tradicionais do

País e cuja definição se tinha mantido inalterável desde Oliveira Martins. A esse respeito, foram muitas as intervenções com Jaime Cortesão, Duarte Leite, Malheiro Dias, Fidelino de Figueiredo, António Sardinha, Joaquim Bensaúde, Reynaldo dos Santos, Aarão de Lacerda, Mendes dos Remédios, etc., ao lado de poetas, romancistas, jornalistas, dramaturgos. A vida social tinha-se alterado: como confirmar ou encontrar os mentores significativos para os novos tempos e a nova problemática? Questão fundamental onde iam ancorar-se muitas divergências, sempre trazidas para o campo do actual pela definição histórica que se lhe atribuiu, embora já começasse a ter sentido discutir os fundamentos ou preconceitos de que partiam.

As polémicas de António Sérgio deste período de 1919 a 1925 inserem-se nesta situação de convergências e vão dirigir-se, como era, podemos dizer, inevitável, às áreas mais espectaculares e controversas. Prosseguiam, mas sem decalque, posições anteriores. Podemos dispô-las em três campos. Um primeiro, de grande projecção envolvia-se na redefinição dos heróis nacionais. Neste domínio, a figura em relação à qual o debate (embora seja abusivo circunscrevê-lo a tão pouco) foi precisamente aquela que a historiografia portuguesa estava menos preparada para lhe dar uma dimensão histórica conveniente: D. Sebastião, figura, no entanto, ligada a um fenómeno extraordinário de psicologia colectiva, o sebastianismo. O segundo dizia respeito à interpretação de um período que manifestamente colidia com a perspectiva matemático-experimentalista de cultura, como seja o período português do século XVII e XVIII (que, por sua vez, também estava sofrendo uma completa revisão na historiografia europeia). O terceiro visava discutir os «motores» da história de Portugal e começou por se fixar, neste período, numa interpretação económico-social para explicar a «ida» a Ceuta. Foi à volta destas três questões que se desenvolveram as polémicas principais em que António Sérgio se envolveu entre 1919 e 1926. Realizavam-se, desta vez, com publicistas recrutados, na sua totalidade, na área dos adversários políticos, embora, num ou noutro caso, se tenham iniciado, nas mesmas revistas. São polémicas carregadas de contemporâneo, envolvendo sempre o seu racionalismo redutor, aplicado, agora, não a interpretações gerais mas a pontos circunscritos tornados significativos pela argumentação dedutiva. História-tempo, muito pouca. A dominante continuava a ser a exigência sociológica da verosimilhança e da coerência e a intenção continuava a querer salientar a exclusividade da razão. Só que, desta vez, o fazia em concreto.

As explicações aplicadas a factos particulares por António Sérgio, no conjunto da problemática histórica nacional deriva-

das de propostas gerais tomaram corpo, nos seus escritos, com o ensaio «A conquista de Ceuta. Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara» — publicado no 1.º volume dos *Ensaíes* (64), onde tem a data de Janeiro de 1920. Trata-se de uma interpretação económica e social da conquista de Ceuta, cuja iniciativa propunha que se atribuisse ao vedor João Afonso na qualidade de «representante da burguesia». Não é difícil ver no ensaio um experimentalismo histórico, pouco familiar com as formas de prova para estudos desta natureza, com absoluto predomínio da argumentação por coerência que, como é sabido, servem, em história, para construir uma interpretação nunca para a provar: o verosímil pode ter acontecido, pelo que compete ao investigador provar que foi «*esse*» que ocorreu. Mas, apesar do carácter controverso e da manifesta carência documental de que o ensaio enfermava, não suscitou discussão imediata. Foi uma espécie de polémica retardada cujo início é preciso dar aqui. No campo da investigação nada havia que lhe desse sentido e do ponto de vista da argumentação ou viabilidade interpretativa era impossível a qualquer sociólogo ou historiador aceitar que João Afonso, vedor da Fazenda de D. João I tivesse, de algum modo, condições para ser «representante da burguesia» que em Lisboa não tinha qualquer organismo que a agremiasse e que na crise de 1383-1385 se tinha manifestado de modo assaz dependente, só tendo acatado a escolha do Mestre de Avis como Defensor e Regedor do Reino por pressão de outros grupos sociais, assim como foi pouco relevante no campo militar, já que, noutras áreas, ainda é mais difícil encontrá-la.

Contudo, a questão seguinte que veio a levantar-se, tornou-se, desde logo, extraordinariamente controversa, uma vez que vinha entroncar num grande tema cultural do post-guerra como seja a definição do «herói», base de diversos debates, enquanto Veiga Simões não vem, por volta de 1930, propor a dimensão weberiana do «tipo». Esta nova questão tornava-se, também, mais significativa, uma vez que veio acabar com a camaradagem intelectual existente nos redactores das revistas conhecidas. A partir desta polémica, desapareceu, por completo, aquilo a que podemos chamar a comunidade de escritores, dando lugar ao confronto aceso dos pontos de vista, expressamente personalizados. Entre a saída da revista *Homens Livres*, da *Seara Nova* e da *Nação Portuguesa* tinha começado a deteriorar-se a comunidade dos homens de letras. Depois, em

(M) Rio de Janeiro - Lisboa, 1920.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

1924, tenta, em vão, restabelecer-se com a *Lusitânia* ⁽⁶⁵⁾ uma nova confluência de índole erudita, ou, mais propriamente, científica. As polémicas à volta do século XVII e de D. Sebastião põem-lhes definitivamente termo! ⁽⁶⁶⁾ A partir de então deixa de ser possível que se constituam ou persistam redacções conjuntas com elementos de diferentes orientações políticas como tinha sido, até então, corrente na vida cultural portuguesa. As implicações, postas em debate nestas polémicas, eram incisivas, aludiam a consequências bem determinadas. Estava de tal modo à vista o elemento que se tinha tornado essencial, ou seja, a definição do poder político futuro que quase pode dizer-se que «ter razão» era aproximar-se desse poder, não lhe ser ela reconhecida era afastar a possibilidade de lá chegar.

As posições racionalistas assumidas por António Sérgio não se alteraram muito em relação às polémicas de 1912-1915. São porém diferentes as forças em que se apoia, uma vez que ele próprio está muito mais perto da governança. Por isso mesmo, António Sérgio mantém-se, enquanto os adversários vão mudar e vão ser muito mais implacáveis. Por outro lado, a importância da história, apesar das investidas sociológicas e tecnicistas de António Sérgio, tinha-se reforçado. Não é pois à volta da sua legitimidade que o debate se vai travar. Por isso, o modo das suas restrições radicais ao pensamento histórico, mudou. É o que ressalta dos seus argumentos para «explicar» a conquista de Ceuta, para interpretar o século XVII ou para «julgar» D. Sebastião. Ainda se desenha um vago contexto para as reformas da mentalidade pela educação e pelo estrangeirismo impenitente. Mas o que, sobretudo, lá está é a importância do político, a força da opinião pública. Tornam-se factores determinantes a análise da sociedade a partir de uma filosofia, a interpretação de uma figura para ver se serve «ao actual», a apresentação de um período para louvar ou censurar quem nele dominou. Estamos em plena história-tribunal. Continua

⁽⁶⁵⁾ *Lusitânia*. Revista de estudos portugueses, Directora D. Carolina Michaelis de Vasconcelos; secretários de redacção Afonso Lopes Vieira e Reynaldo dos Santos, Editor e redactor gerente, Câmara Reis, n.º 1, Lisboa, Janeiro de 1924. Apresenta-se como «órgão da nossa cultura, posto ao serviço da Reconstrução Nacional» e como «órgão independente, empresa espiritual».

⁽⁶⁶⁾ Pelo mesmo motivo, teve curta vida a *União intelectual portuguesa*, cujo secretário-geral era António Sérgio e que visava organizar «fora de qualquer consideração de opiniões, partidos, nacionalidades, classe ou raça, o escol intelectual, para estabelecer relações entre os intelectuais portugueses das mais diversas tendências e opiniões e para fomentar a sua colaboração com os intelectuais estrangeiros» (Fevereiro 1924).

assim a ser tomada como um instrumento de agitação não como uma área de pesquisa, indispensável às ciências humanas, no sentido do estudo da sensibilidade e das formas do raciocínio das condições de transformação, etc., como o faziam Huizinga, Henri Berr, Ferrero ou Max Weber. António Sérgio continuava a aproximar-se do real com a razão inalterável que começava a tomar uma coerência idealista. O seu raciocínio cartesiano, as suas condições deduzidas encontravam no materialismo histórico uma via de aplicação actualista que começou por lhe interessar. Mas queria retirar-lhe, ponto fundamental, as correlações filosóficas que Engels nele tinha enquistado. Para isso, salientava o papel da razão e do seu primado ordenador tanto sobre o social como sobre o psíquico. Nesse campo da história-tribunal, acrescentava-lhe, com mais nitidez, o entusiasmo pela acção prática com vista, agora, a aprofundar o conceito de democracia. Qual? Eis outro problema que nele começava a tomar forma e exigência dedutiva, a única que podia aceitar.

Entretanto, António Sérgio recebe, em 1922, o encargo de redigir para o *Guia de Portugal*, dirigido por Raul Proença, uma espécie de Introdução Histórica que publica em 1923, em separata ⁽⁶⁷⁾. O texto apresenta uma sequência dos acontecimentos que, ou não envolvia grandes disparidades, ou estava redigida de uma forma que ia pouco além do que se esperava dos seus pontos de vista e como tal foi tomada pela opinião pública. O importante, porém, é que se ia inserir no debate acerca dos heróis da história de Portugal que empolgava poetas, romancistas, publicistas, políticos e até historiadores. A esse respeito, António Sérgio apresentou aí acerca do rei D. Sebastião, o ponto de vista que sempre fora o seu. Na verdade, o antagonismo de António Sérgio para com a figura daquele rei, era antigo. Já em 1913, falara no «picnic trágico de Alcácer Quibir» ⁽⁶⁸⁾ para, em seguida, muito ao modo das suas interpretações apocalípticas e espectaculares, o considerar, em 1915, o «idiota que nos simboliza a loucura saqueadora» ⁽⁶⁹⁾.

⁽⁶⁷⁾ *Guia de Portugal*, 1.º volume, *Generalidades — Lisboa e arredores, colaboração dos mais ilustres escritores portugueses, com 15 mapas e plantas e numerosas gravuras, dirigido por Raul Proença, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1924. A separata referida, com duas edições, tem o título de *Bosquejo de História de Portugal* (Lisboa, 1923).*

⁽⁶⁸⁾ António Sérgio, *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, Lisboa, 1913, p. 5.

⁽⁶⁹⁾ António Sérgio, *Considerações histórico-pedagógicas, antepostas a um manual de instrução agrícola na escola primária* (separata), Porto, 1915, pp. 39-40.

Portanto, não admira que naquela introdução histórica ou «*Bosquejo*», lhe chamasse «rapazola tresloucado pateta e fanfarrão, a quem meteram na cabeça, em prosa e verso ser o paladino da fé católica contra o protestante e o maometano», tendo-se, por isso, «abalanchado a conquistar Marrocos». Essa «incompatibilidade» de António Sérgio com D. Sebastião era, pois, total e permanente e divertiu os contemporâneos. Expressava-se em termos que ultrapassavam, em muito, qualquer forma de racionalidade científica, a tal ponto que tem de levantar-se a hipótese de ser feito deliberadamente, com vista a provocar uma resposta⁽⁷⁰⁾. A questão ia ligar-se, em primeiro lugar, com o sebastianismo e por aqui com o saudosismo, velhos temas de polémica. Do mesmo modo, não deixava de lado as suas críticas à «formação» retórica e romântica do português, passando, com facilidade, para a área tradicional das ironias de Sérgio acerca do celticismo e do espírito de aventura de que os portugueses precisavam livrar-se pelo racionalismo e a educação «cívica», para poderem aproximar-se dos «modelos europeus». E compreende-se. Para as suas convicções racionalistas e consequentes, caso se provasse, ou aceitasse, que D. Sebastião correspondia à imagem que dele dava, tornava-se bem claro que a constituição do sebastianismo era, como ele pensava, um produto da irresponsabilidade e da retórica lusitanas; de onde resultaria que deixaria de ser uma construção nobre e positiva da grei portuguesa para se tornar um produto doentio das populações fanatizadas e primitivas. Por outro lado, certo era que o debate público em redor dos heróis nacionais, em desenvolvimento, sobretudo, a partir do após-primeira grande guerra e que chega à cristalização contemporânea da *Mensagem* de Fernando Pessoa, passando por diferentes hipóteses elaboradas por António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, Mário Beirão e outros, sugeria nomes e motivos diversos. Decerto que para esse efeito, a imagem de D. Sebastião, com razão ou sem ela, tinha uma dimensão indiscutível desde finais do século XIX até ao primeiro quartel do século XX em que se estava. A partir das afirmações de António Sérgio, o conjunto de heróis que induisse o rei morto em Alcácer Quibir deveria perder credibi-

⁽⁷⁰⁾ Na verdade, a multiplicação de atributos ofensivos ao rei D. Sebastião é excessiva para poder ser considerada produto de uma exaltação tão evidente é o descontrolo da linguagem. Exemplificaremos: c rei é chamado de «pateta», «pedaço de asno», «o mais idiota dos fanfarrões», «imbecil», «de inveja tolo», «o primeiro dos patetas modernos», «sempre contra a grei», «desbocado e rufião», «alma vil», «estúpido, além de egoísta», «só tinha rópia», «insensível à graça das raparigas», «íngrato e bruto», «cruel, egoísta, bronco», etc.

lidade, uma vez que a referência aos heróis carismáticos envolve sempre um critério que os justifica a todos por razões semelhantes. Ora sucedeu que Malheiro Dias, convidado pelo Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra a pronunciar uma conferência, escolheu pronunciar uma Exortação à Mocidade integrada em todo este contexto nacional e cultural. Mas uma campanha jornalística e panfletária conseguiu que a conferência fosse suspensa. Perante isso, Malheiro Dias distribuiu o texto pelos jornais e fez dele uma edição ⁽⁷¹⁾ de que um periódico de Lisboa ⁽⁷²⁾ publicou um pequeno excerto. Foi essa transcrição que deu origem à polémica. A *Exortação à Mocidade* não menciona o nome de António Sérgio, embora o refira pela expressão, uma só vez empregada, de «um racionalista»; por outro lado, dedica a D. Sebastião pouco mais de duas páginas ⁽⁷³⁾. A exortação visava, sobretudo, acentuar o «patriotismo como o mais ideal dos sentimentos colectivos», afirmando que as pátrias se fizeram «com heróis, poetas e mártires». Desse modo, «a geração preparada pela cultura universitária fatalmente seria aniquilada se não lhe temperasse o ânimo no fogo purificador de um ideal» ⁽⁷⁴⁾. Este deveria aceitar o sacrifício e o risco, pois a juventude não podia ignorar que o legado que recebe «contém mais sacrifícios que benefícios», embora só os cegos não vejam o «renascimento das reabilitadoras forças espirituais nas letras, na cultura e nas artes, protestando contra o repulsivo materialismo que desencadeou os baixos instintos e tocou com os seus venenos letais a própria essência ideal do sentimento patriótico» ⁽⁷⁵⁾. Importa ainda não esquecer que Malheiro Dias dá ao problema do herói e da Pátria uma dimensão filosófica quando afirma que a razão é insuficiente para abranger a natureza humana, sendo incompleta tanto para o pensamento como para a acção, enquanto não recebe um influxo do «sentimento», termo infeliz e vago destinado a aludir às forças psicológicas portadoras do vigor necessário para que a percepção se torne expressiva e como tal, dinâmica. Nada disto era novo no pensamento europeu onde, como se disse atrás, havia muito que se discutia a importância do subconsciente, se desenvolvia o estudo da

⁽⁷¹⁾ *Exortação à Mocidade*, Lisboa, 1924. Tinha sido precedido de uma *Carta aos estudantes portugueses* (1922).

D O Dia, 9 de Julho de 1924.

⁽⁷²⁾ No sentido de insistir na secundaridade da referência a D. Sebastião, Malheiro Dias, na terceira edição daquele conhecido texto, suprime essas duas páginas, sem qualquer advertência. Cf. *Orações e conferências*, Lisboa, s. d.

⁽⁷³⁾ Carlos Malheiro Dias, *Exortação à Mocidade*, 2.^a ed., Lisboa, 1925.

⁽⁷⁴⁾ Malheiro Dias, *ob. cit.*, 2.^a ed., p. 60.

personalidade global e se tomava o tempo com uma dimensão criadora, nunca definitivamente conceptualizada. No que se refere a Portugal, numa série de conferências em Lisboa, no ano de 1923 ⁽⁷⁶⁾, Gonçalves Cerejeira tinha abordado o problema da Igreja e o pensamento contemporâneo, na tentativa de eliminar as divergências artificiais entre razão e fé e combater os preconceitos racionalistas sem prejuízo do valor da Razão, não para eliminar esta última mas para lhe definir o campo essencial que sempre lhe compete. No mesmo sentido se orientavam muitos outros escritores de diversas correntes e exigências. Em face disto e na confluência da posição que tomara em 1912-1915, nas polémicas com Teixeira de Pascoais e Jaime Cortesão, António Sérgio manter-se na atitude de reivindicar para a razão o exclusivo dos recursos da interpretação; para ele só a exigência racional e aquilo que ela abrange ou apreende tem alcance significativo. O que não é racionalizável é secundário ou provisório. Portanto, na raiz das suas posições não há novidade de maior quanto aos princípios e intenções que considerava básicos na sua crítica ao «historismo». Os temas eram outros, a argumentação variava com eles mas a intenção racionalista abstracta cartesiana não tinha cedido um passo. É certo que no mundo complexo que importava entender, aumentara a margem da intuição e do inconsciente, das pressões sociais e das exigências concretas a comprimir a argumentação. Apesar disso, António Sérgio considerou que era indispensável manter o primado da razão e o carácter provisório de qualquer interpretação onde ela não pudesse vir a ser o elemento exclusivo de entendimento.

A posição de Carlos Malheiro Dias não era obviamente essa. Levantava uma questão sem alcance para António Sérgio, convicto, à maneira de Descartes, Spinoza, Laplace, Brunschwig ou Benda, num determinismo experimental racionalizado e matemático sem conceber qualquer outra interpretação racional. Para Sérgio, o acaso continuava a ser a ausência de conhecimento. Do mesmo modo, em nome da razão, subalternizava o grande debate que, na Europa, começava a desenvolver-se à volta do indeterminismo e que iria culminar no princípio de Heisenberg. Recusa-se a apreender a profundidade do ponto de vista de que a liberdade pode preceder a razão. Para Malheiro Dias, a razão é um produto da liberdade, que precisa, para sobreviver como tal, de se vocacionar em ordem e, como tal,

⁽⁷⁶⁾ De 25 de Fevereiro a 18 de Maio de 1923, publicados depois em volume, com uma conclusão inédita, em Junho de 1924, *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, Coimbra. Cf. *Cartas ao novos*, Coimbra, 1923.

«escolher» razão. Por outras palavras, esta é uma necessidade da sobrevivência onde a escolha lhe é anterior. Há razão porque há liberdade; é a resposta ao desafio essencial da liberdade, ponto de vista, aliás, que é também o de Leonardo Coimbra.

De novo, nesta polémica que se desencadeia, sem a vontade de um dos antagonistas, mas que a conjuntura cultural, em ajustamento, claramente impõe, de novo o pretexto espectacular se torna mais importante do que a essência do debate. De uma exortação à mocidade, da referência indirecta a um mentor racionalista sai uma resposta onde, a propósito de um comentário à figura de um rei de breve existência e mal estudado, se vai pôr em causa todo o processo que mergulhava na raiz dos projectos políticos, sociais e culturais de futuro imediato para corrigir o «presente». Afinal a questão básica era definir que «tipo» de herói, que mentor, que padrão se deve apresentar à comunidade. Para que momento exacto da vida complexa dos homens precisa o português de exemplos orientadores? Para a decisão? Para a preparar? Para a realizar? Para enfrentar o irreversível? E voltamos ao ponto de partida: de que precisava Portugal: de continuar? De se ajustar? De se exprimir? De se «actualizar»? De reconquistar a sua condição? E qual seria ela? Como se poderia ajudar a encontrar o caminho para a definir? Pela tradição ou até pelo subconsciente histórico? Ou por uma conceptualização racional? Seria a tradição portuguesa tão despicienda como, às vezes, se fazia crer? António Sérgio, de tecnicista e utilitário, passava, sem dificuldade para racional e «crítico». Para Carlos Malheiro Dias, como para Pascoais, o ideal era a essência indispensável à coordenação de um projecto. Quando faltava ao corpo colectivo esse ideal, só o exemplo do sacrifício o poderia restaurar para defender o que «restava» da honra nacional. D. Sebastião era apontado, menos como executor (que o escrúpulo histórico de Malheiro Dias não permitia ajuizar) do que como a expressão do tipo humano que não cedeu à mediocridade do meio (como era aquele em que todos viviam) e sonhou ou se esforçou por realizar o necessário, por norma mais do que cálculo. D. Sebastião como «sacrificado heroico» era, nesse sentido, lembrado como exemplo.

Só na aparência, portanto, a polémica surgia como accidental ou meramente espectacular. As intenções, as posições em confronto mergulhavam no solo úbere e exigente da consciência nacional e envolviam projectos do futuro quase à vista. É preciso lembrar que a propaganda da Nação Portuguesa e do Integralismo Lusitano defendiam o princípio do rei absoluto. Facto, sem dúvida, relacionado com a posição de Sérgio

que quer salientar, à maneira do que fez Herculano com D. João III, mas sem expressamente o dizer, o «desamparo» do Estado quando o rei é absoluto: os seus «caprichos, acatados podem trazer consequências trágicas»⁽⁷⁷⁾ e podem ir «contra tudo que em Portugal é (era) valor e sensatez, experiência e independência do espírito, repugnância da adulação, dignidade perante o poder, competência política e militar»⁽⁷⁸⁾. Foi um rei absoluto que «roubou a grei, tiranizou, bateu, impeliu-a à desonra e à escravidão». Ao reconstituir o conjunto de heróis, úteis para a comunidade, no tempo em que se vivia e para as dificuldades que se punham ao país, não podem esquecer-se os perigos do absolutismo. Do mesmo modo, os perigos do «isolamento» fazem dos estrangeiros os verdadeiros heróis. A este conjunto acrescentam-se outras figuras «razoáveis» e, como tais, heroicas. E assim, por esse motivo lhes dedica o seu comentário à «exortação» de Malheiro Dias⁽⁷⁹⁾.

Neste contexto, depressa a polémica transmite ao público a vivacidade que lhe foi imposta. De novo voltava a discutir-se, mas, agora, neste exemplo (ou caso?) concreto o problema do poder real, questão imediata, uma vez que D. Manuel tinha declarado, havia pouco, que à restauração da monarquia, não se seguiria o sistema que vigorava em 4 de Outubro de 1910. Ao atacar D. Sebastião, na forma radical em que o faz, António Sérgio salienta, afinal, a advertência mais em voga na crítica ao absolutismo, como seja a viabilidade da corrupção do poder atribuído ao monarca e que desde João de Salisbury e São Tomás de Aquino aos Monarcómanos, é constantemente debatida no pensamento político ocidental. Como assegurar a justeza do exercício do poder, dos mecanismos da consulta e da função do rei como aquele que resolve as divergências, que

⁽⁷⁷⁾ Testemunhos históricos, *O Desejado*, depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por António Sérgio, Lisboa, 1924, pp. VII a XXII.

⁽⁷⁸⁾ Ob. cit., p. III.

⁽⁷⁹⁾ Oferecido, dedicado e consagrado «à memória de Nun'Álvares Pereira, Infante D. Henrique, D. João II, reflexivos e verdadeiros heróis (e verdadeiros porque reflexivos) que souberam levar-nos à vitória; e à juventude portuguesa para que aprenda...» Ob. cit. Dedicatória. Ou ainda: «É depois, — que *O Desejado* fosse um herói; que combatesse, como pretende, por este místico amor da Pátria; restaria saber se é esse heroísmo o que cumpre pregar à juventude: se é hoje em dia do herói guerreiro (e não do estadista, do sábio, do apóstolo, do reformador) que está necessitada esta Nação; e se não valem mais, para a crise de agora, os que empregam a vida a reformar a Pátria — que aqueles que sonham, romanticamente, na forma teatral de morrer por ela...» (*ibidem*, p. XXVIII).

executa as decisões e impede que o debate faça que o Estado «perca força»? De Alcácer Quibir, tudo, na interpretação (se assim se pode dizer) de António Sérgio, é atribuído ao rei a quem caberia, portanto, a responsabilidade da catástrofe, pois os discordantes não puderam intervir perante os «erros» que Sérgio tomava por flagrantes. Se o Estado absoluto não tinha recursos para contrabater as decisões erradas de um «imbecil», como os poderia ter para uma discordância com sentido? Mas seria realmente assim? Era essa a disposição dos órgãos de consulta? Foi a decisão de ir a África tão pessoal como António Sérgio diz? Como estava o País? Como estava o poder? Como estavam os confrontos internacionais? A evolução do debate dependia afinal da resposta histórica a todas estas questões. Contudo, para efeito de opinião pública quanto às viabilidades do poder absoluto, como arbitrário, a posição de António Sérgio insere-se nas grandes perspectivas políticas imediatas do seu tempo e na resposta às críticas ao regime parlamentar, como incapaz de decisão e realização, sem grandeza, nem projecto. E a pergunta que inevitavelmente Sérgio queria que se pusesse era se a alternativa efectiva podia ser a restauração da Monarquia tradicional e a supressão do Parlamento. O exemplo escolhido por António Sérgio significa a recusa total a esta proposta. Procura abranger mesmo a recusa ao regresso do presidencialismo.

A resposta de Malheiro Dias não se fez esperar⁽⁸⁰⁾. Na segunda edição daquela já famosa exortação à mocidade, manifesta a sua surpresa que duas páginas do seu texto e uma alusão indirecta tivessem provocado uma resposta tão explosiva e insidiosa. E como era previsível, insistia em que o problema não está em D. Sebastião mas no saber-se se é possível que uma pátria se reconstitua sem ideais e capacidade de sacrifício e a partir das formulações do racionalismo. Por sua vez, António Sérgio, tomando o seu momento de resposta⁽⁸¹⁾, sem deixar o debate sair da questão estrita de *O Desejado* (campo excelente para as suas posições essenciais), só o deixa alargar num único sentido, para além das referências pessoais, ao estilo do tempo. Insistindo, sem razão, em que Malheiro Dias tinha mudado a sua perspectiva sobre D. Sebastião, levanta o problema das causas profundas de toda a polémica para as circunscrever à falta de «espírito crítico», relativamente a

⁽⁸⁰⁾ Carlos Malheiro Dias, *Exortação à Mocidade*, nova edição, precedida de uma resposta à Carta-Prefácio do Senhor António Sérgio n'«O Desejado», Lisboa, 1925, pp. IX-CVIII.

⁽⁸¹⁾ António Sérgio, *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado*, sep., Lisboa, 1925.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

conceitos «sem sentido» como o sebastianismo, «próprio de cabeças ocas». Para ele, «...no âmago de tudo isto... há o problema maior da Grei: a luta para a ressurreição do Espírito Crítico, — ausente desta pobre terra desde a era do Seiscentismo, que converteu o nosso país... no reino que foi cantado em *o Reino da Estupidez*. Sim, a *Reforma da Mentalidade*: para nós-outros, portugueses, é esse o problema fundamental» (82).

Novamente um diálogo de surdos. Malheiro Dias ao considerar que os princípios racionais não chegavam para «fazer Nações», renovava a sua certeza na insuficiência dos elementos substantivos que a razão fornece para apreender o complexo humano. Mas em que lugar deve a razão ser posta? António Sérgio dizia-a primordial e daí deduziu as suas considerações. Malheiro Dias tinha uma concepção de herói que envolvia mais a capacidade exemplar de sacrifício do que a motivação acautelada. António Sérgio pensava de preferência no herói bem sucedido, racionalizado em função de dados seguramente válidos, esquecendo que se bastassem as certezas racionais não seriam precisos os heróis. Malheiro Dias tinha uma concepção de sociedade onde a hierarquia justificada não podia ignorar a anterioridade, expressão de direitos. António Sérgio tinha uma concepção presentista da sociedade, com uma função mínima para os dados históricos, mesmo assim supríveis, pela análise e aproveitamento funcional do presente. Malheiro Dias acentuava a vivência para formar a ideia de Pátria. Sérgio insistia na função do papel possível e só desse modo aceitável, da Pátria. No plano das ideias políticas, para António Sérgio o absolutismo era um regime de vontade real, em qualquer caso e condição (83). Para Malheiro Dias o conceito era mais complexo mas não se dedicou a explicá-lo. Dava D. Sebastião como «o último dos heróis antigos» (84), enquanto António Sérgio o definia como «o primeiro dos patetas modernos» onde se «compendia no seu modo de ser os piores defeitos do português actual» (85). Estamos, pois, afinal, perante duas concepções da vida e do homem, dois conceitos de sociedade e de vida, duas esperanças diferentes do futuro, duas propostas para interpretar e utilizar a razão.

(82) *Idem*, ob. cit., p. 73.

(83) «Se Sua Alteza não fosse rei perante o qual, por isso mesmo se curvavam todos, que lá estava o braço de Filipe II a impor o culto do poder monárquico», António Sérgio, *O Desejado*, Lisboa, 1924, Carta-prefácio a Malheiro Dias, p. XX.

O Malheiro Dias, ob. cit., p. 52.

(85) António Sérgio, *O Desejado*, p. XXII.

A polémica tinha a aparência de um debate acerca de um rei de que pouco se sabia e sabe, apresentado, impavidamente, como o exemplo de herói-sacrifício por um dos polemistas, proposta à execração pelo outro. No entanto, em rigor, na sua área de maior público e numa cultura como a portuguesa, em que a história não tinha podido ser expulsa do lugar central de que continuava a usufruir, punha-se uma questão bem mais grave: que prestígio lhe trazia este debate, tão superficial como exaustivo? Não se saia, afinal, da história-tribunal (que Herculano não deixou de praticar) ou da história construtora de tradição (usada por Oliveira Martins, num sentido, por Pinheiro Chagas, noutro). E onde ficava o esforço por uma história-ciência de questionário crítico e na pesquisa exigente, praticando o rigor no que apresenta, estabelece e verifica? Essa verdadeira história estava afinal omissa naquela discussão despreocupada sem respeito pelo tempo e os seus modos, procurando a conclusão imediata e sugestiva, ao serviço dos vícios sociais do contemporâneo. Não se esperava que a História fornecesse a imagem do passado, indispensável para uma perspectiva completa do universo humano mas para impor paixões e interesses, imagens operacionais às exigências do imediato. Na discussão, a história tornava-se mais um «uso» do que uma ciência. Assim, para além de Malheiro Dias, «metido na engrenagem», nenhum outro historiador quis participar na polémica. Assim tinha de ser. Discutir problemas históricos naquelas bases de resposta marcada, nada tinha a ver com uma disciplina científica. Regressava-se à história-panfleto. Quem o tinha querido?

9

Esta polémica sobre D. Sebastião, aparentemente encerrada, mantinha, de facto, a situação de confronto. Foi mesmo entroncar num outro debate, iniciado, em Junho de 1924, com uma crítica feita por António Sérgio a um ensaio intitulado *O Seiscentismo* ⁽⁸⁶⁾. O seu autor, Manuel Múrias, era um jovem historiador e activíssimo jornalista, perfeitamente seguro do alcance que a opinião cultivada tinha, naquele tempo, em Portugal, nos meios da classe média (onde devem colocar-se os militares). Não estava, além disso, menos seguro do sentido dos debates à volta do parlamentarismo, da Revolução Francesa, do iluminismo e da escolástica, assim como dos fundamentos teóricos do particularismo nacionalista. Por outro

^(M) Manuel Múrias, *O Seiscentismo*, Lisboa, 1924.

lado, não escondia, quanto ao parlamentarismo, em Portugal, que o único futuro que lhe atribuía era o da sua extinção, como órgão decisivo. Posição clara. Na sua habitual aparência amável, António Sérgio criticou duramente o ensaio. Fê-lo na revista *Lusitânia* ⁽⁸⁷⁾, onde tinha a seu cargo a «crítica literária», dedicando-lhe oito páginas densas (mas não abriu título exclusivo para ele, acopulando-o, com evidentes intenções, aos *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*, de António Beirão. No seu texto, ao elogio da escolástica feito por Múrias contrapõe António Sérgio a excelência universal e definitiva, de qualidade insubstituível, do pensamento matemático-experimental e à ênfase valorativa de Múrias sobre o século XVII português, responde Sérgio com a «insuficiência» do período, ao qual recusava uma categoria sequer mínima. E perguntava: «Qual dos portugueses seiscentistas pode fornecer matéria prima, traduzido, à máquina cerebral de um homem culto? Nenhum». A partir daí, considerava o livro «de propaganda política, sob o simulacro de um trabalho histórico» e aconselhava a que «não teime o Senhor Múrias a seguir esse rumo».

Era redactor daquela mesma revista António Sardinha que explorava vias de análise política e de crítica ideológica contrárias às de António Sérgio que lhe chamava «alma republicana», apesar do seu conhecido monarquismo. alusão ambígua ao seu primeiro credo político que teria deixado intacta a retórica politiqueria a que pusera «sinal contrário». Sardinha tinha-lhe respondido com grande firmeza na revista *Homens Livres* ⁽⁸⁸⁾. Decerto que as relações entre os dois homens de letras não eram, nem podiam ser muito cordiais, apesar de Sérgio as declarar excelentes. Sucede que, logo a seguir à crítica de António Sérgio ao ensaio de Manuel Múrias, António Sardinha publicou na mesma revista ⁽⁸⁹⁾ um estudo, onde aludia em termos elogiosos ao ensaio de Múrias. O artigo constituía um trabalho independente, mais geral e não era uma nova crítica ao estudo do jovem historiador. Apesar disso, António Sérgio quis opor-se à publicação, alegando que ela «desautorizava» a sua secção de crítica literária. A redacção não aceitou o argumento pois, a fazê-lo, tolheria a liberdade de expressão dos colaboradores que passariam a precisar de ter de saber qual tinha sido o ponto de vista da secção de crítica para aludir, elogiosamente ou não, a qualquer

⁽⁸⁷⁾ António Sérgio, «Bibliografia», *Lusitânia*, fascículo III, Lisboa, Junho 1924, pp. 441-448.

⁽⁸⁸⁾ António Sardinha, «Almas republicanas», *Homens Livres*, n.º 2, pp. 6-7, Lisboa, 12 de Dezembro de 1923.

⁽⁸⁹⁾ António Sardinha, «O Século XVII», *Lusitânia*, vol. 2.º, fascículo I.º, Lisboa, Setembro de 1924, pp. 57-58.

livro já criticado. Sem perigo, pois, de se verificar «o naufrágio da *Lusitânia*'», o artigo de Sardinha saiu, sem que António Sérgio fosse autorizado a publicar a resposta naquele mesmo número, como pretendeu. Limitou-se a prometé-la. Não é claro, em tudo isto que António Sardinha tivesse mais influência na *Lusitânia* do que António Sérgio. Só que a posição da revista não podia ser outra.

António Sardinha, depois de dizer que Múrias «pertence a um reduzido mas iluminado escol de moços que já descreveram da mera eventualidade de renovação da Pátria por virtude de uma simples transformação política, para plenamente entregarem as suas esperanças à ressurreição integral das directrizes obliteradas do Português», e de que lhe cabia a glória de ter «intentado a reabilitação dum largo período da nossa actividade cultural», trata, em moldes próprios o problema do século XVII, apontando vias de análise para a filosofia e para o pensamento político. E ao mencionar o movimento colectivo, tão característico daquele século, o sebastianismo, toma-o como uma atitude frutuosa, interpretação original de uma tendência da humanidade, aproveitada pelos portugueses com inteligência e sentido da oportunidade. Era a ideia de Pascoais, desenvolvida em termos católicos ortodoxos. Refere, por sua vez, a opinião de Oswaldo Spengler⁽⁹⁰⁾ acerca da cultura hispânica (nos seus dois ramos espanhola e portuguesa) que «tinha sabido dar ideias gerais à Europa». E, na mesma ordem dos debates correntes em volta da cultura, cita Vilfredo Pareto que, por sua vez, tinha chamado a atenção para a dinâmica do ideal na cultura europeia. O artigo de António Sardinha trazia implícita uma questão fundamental: onde estava, afinal, essa unidade exclusiva da razão? Para que serve estudar antecedentes se não houver uma conceptualização global específica à realização do nacional? E mais: quem podia falar em inferioridade da escolástica em face do matemático-experimentalismo ou deste em relação àquela? Não era a verificação do papel da escolástica um conceito corrente na cultura da época? Não o diziam Gilson? Maritain? Whitehead? Propunha-se, pois, no artigo que se manejassem propostas de cultura e não deduções sistemáticas de princípios racionais. Cada cultura é uma adaptação, não é uma dedução. Quem pode dizer que o século XVII é mau e o século XX é bom, ou vice-versa? A interpretação do século XVII, com todo o exagero que caracterizava o euforismo

(⁹⁰) Com cuja doutrinação geral, aliás não concordava, pelo que se sabe da conferência que, em Junho de 1924, tinha feito em Madrid, numa Residência de Estudantes.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

de Sardinha e de Múrias integrava-se no movimento histórico da revisão das civilizações hispânicas e do próprio conceito de civilização. O que sobretudo interessava é que a «revisão» não fosse feita por cotejo mas procurando determinar a dinâmica dos recursos da cultura portuguesa. Era a posição de António Sardinha, numa veemência de publicista. António Sérgio colocava-se no domínio do método comparativo sob a tutela de um modelo privilegiado de cultura, matemático-experimentalista. A posição que defendia conduzia pois ao oposto dessa de Sardinha, uma vez que partia da prioridade da razão geral sobre a razão idealizada. Ia, desta vez, por-se o debate nos seus fundamentos essenciais?

Quando António Sérgio se dispunha a publicar a resposta prometida, morre António Sardinha ⁽⁹¹⁾. Em vista disso, retira o artigo da *Lusitânia* mas, pouco depois, fá-lo sair na *Seara Nova* ⁽⁹²⁾, de que foi tirada separata acompanhada de alguns outros elementos de interesse para a «história» da polémica ⁽⁹³⁾. Afirma aí que António Sardinha tinha citado mal os textos, utilizado autores que, no conjunto da obra, não confirmavam o que deles aproveitou. Não valerá a pena concretizar mais. Estavam em debate pontos muito mais significativos para os nervosos dias que se estavam a passar. Ao expôr a sua preferência pelo comentário comparado de duas civilizações, sem averiguar da problemática que as determina (mais: considerando tal posição como secundária, pois o que lhe importava era o significado geral), António Sérgio queria chegar, de forma transparente, à sua habitual impugnação das elites portuguesas quanto à mentalidade que descrevia como retórica e julgava com severidade, partindo do seu conceito de espírito crítico. Acrescentava a exposição do seu ponto de vista sobre a instrução letrada, cujas consequências eram para ele, necessariamente parasitárias e ociosas, aquilo a que chamava, no século XX, uma sociedade de bacharéis. Com isso, queria apontar o século XVII como repulsivo com o seu jesuitismo «desactualizado», na escolástica, o absolutismo político, geradores do

⁽⁹¹⁾ 10 de Janeiro de 1925.

⁽⁹²⁾ António Sérgio, «O problema da cultura em Portugal e o significado do Seiscentismo na sua história», *Seara Nova*, n.ºs 56 e 57 de 15 e 22 de Outubro de 1925. Não era este o título do artigo prometido em *Lusitânia* num aditamento à resposta a uma carta de Jaime de Magalhães Lima. Aí anunciava: *O século XVII em Portugal, segundo o romantismo jacobiano, o romantismo reaccionário e o humanismo imparcial e crítico*.

⁽⁹³⁾ António Sérgio, *O Seiscentismo, reprodução do artigo em que, segundo dizem os que me odeiam, insultei um morto e falsifiquei textos*, Lisboa, 1926.

isolamento e grandes responsáveis pela secundaridade em que viveu o corpo nacional. É daí passava para a reforma da mentalidade com vista a pôr a cultura portuguesa ao par da civilização geral, estabelecida pela progressiva marcha da razão. As idades da inteligência, dirá Brunschwig; o primado da razão, dirá Benda, seus mestres. Historicamente, tudo longe do século XVII. Politicamente, muito a propósito.

Os artigos de António Sérgio na *Seara Nova* suscitaram uma violenta reacção⁽⁹⁴⁾. Dela se tinha encarregado Manuel Múrias que publicou na *Nação Portuguesa* a sua duríssima exautoração. Tinha pois desaparecido, por completo, a antiga camaradagem dos homens de letras que, até, havia pouco tempo, se encontravam em redacções comuns. Em relação ao tema, António Sérgio é aí igualmente acusado de falsificação ou manipulação de textos, de má fé na condução do debate e de referências acintosas que nada tinha a ver com o tema em polémica. Em face disto, como prosseguir? A volta da questão, Sérgio vai procurar suscitar um movimento de apoio e solidariedade dentre os escritores portugueses, mas esses apoios não são muitos. Da *Lusitânia*, ninguém! Dentre os apoios publicados, contudo, vão aparecer dois nomes que virão a tornar-se representativos: Mário de Castro e Rodrigues Miguéis que publica um artigo de defesa de Sérgio⁽⁹⁵⁾. No que se refere ao «caso» da citação dos textos, não vêem que tenha havido má fé da parte de Sérgio nomes como Gustavo de Matos Sequeira e Manuel Gonçalves Cerejeira. Em suma, não há dúvida que a questão do Seiscentismo, entroncando com a «questão sebástica» tomava uma dimensão pública de escândalo. Em 22 de Maio de 1926, António Sérgio convidado a fazer uma conferência no Teatro de São Carlos, ao preparar-se para isso, é objecto de uma violenta manifestação de protesto, organizada por jovens integralistas, que lhe exigiam uma retractação pública⁽⁹⁶⁾.

Entretanto, dias depois, em 26 de Maio Gomes da Costa sai de Lisboa para a revolução que expulsa do poder o partido republicano democrático. Vitoriosa em Junho de 1926, a revolução do 28 de Maio, como ficou conhecida, conhece um perío-

⁽⁹⁴⁾ Manuel Múrias, «Resposta à letra, António Sardinha e o Sr. António Sérgio», *Nação Portuguesa*, n.ºs 7-8, 3.ª série, pp. CXXXIX-CXLV; (1925) n.ºs 9-10, pp. CLXXXIV-CXCVII e no n.º 11, pp. CCXXXVI-CCXXXVII (1926).

⁽⁹⁵⁾ Rodrigues Miguéis, «À margem do Seiscentismo — pública explicação de um libelo», *Seara Nova*, n.º 88, Lisboa, 20 de Maio de 1926.

⁽⁹⁶⁾ O acontecimento é noticiado em diversos jornais, havendo mesmo uma fotografia da sala depois da desordem encabeçada pelo engenheiro Albino Neves da Costa.

do de indefinição ideológica onde as posições mais nítidas — acaso as únicas — eram as dos oficiais integralistas anti-parlamentares. Paradoxalmente, em face da nova situação, a predominância do político toma-se a forma da intervenção de António Sérgio que vai mergulhar numa luta sem recuo contra a Ditadura Militar.

10

Sei que não vou por aí

José Régio, (1925)

Estas polémicas tinham um fundo e uma finalidade política que as iam tornando cada vez mais claras. Pretendem afinal circunscrever os confrontos de modo a referir que mentores deverão substituir aqueles que a república democrática tinha apadrinhado e que na área da literatura, do pensamento político, da crítica tinham, por completo, perdido audiência. E se acaso se refugiavam na área da manobra política, nos meios oficiais ou nos lugares mais selectivos da sociedade lisboeta eram exaltadamente recusados. É neste contexto que se verifica a saída da revista *Atena* e o «Aviso por causa da Moral» de Álvaro de Campos, expressão do desapego pelas posições oficiais quaisquer que elas fossem, mesmo justas. A gente política não prestava, as suas ideias estavam gastas. O meio cultural desenvolvia-se inteiramente à margem dos valores oficiais de que se desconfiava com paixão. Definiam-se formas de raciocínio e argumento, critérios de gosto e de apresentação irreconciliáveis com eles. No período que vai de 1919 a 1926, a presença republicana era negada no domínio das ideias, nos critérios de governação, na escolha e manutenção das forças colectivas, nas formas de reconstituição do país em qualquer campo que nele fosse considerado. O apoio, quando existia nada tinha de criador. Procurava estabelecer-se uma tradição que excluísse os elementos republicanos e parlamentares nocivos tanto para a análise, como para as soluções, desde o centralismo à selecção do escol indispensável à restauração do País. O que existia não prestava, na opinião de todos os que, à direita e à esquerda, se lhe opunham. Como substituí-los? Por quem? Com que programa? Com que meios? Em 1918, António Sérgio, no programa de *Grei* apelava para um governo de técnicos e em 1921, no manifesto à Nação com signatários do grupo *Seara Nova*, avançava-se no mesmo sentido. Os sindicalistas anarquistas e os maximalistas preconizavam a Revolução Social. E a *Nação Portuguesa*, por sua vez, fazia a sua crítica ao parlamentarismo, ao centralismo republi-

cano, ao sistema eleitoral, à predominância do legislativo expresso na Constituição de 1911, apontava para uma monarquia não-parlamentar e propunha outras formas de estabilidade e segurança. Suficientes? Era patente o seu apelo às forças armadas, a sua força contestativa no meio universitário de Coimbra e mesmo de Lisboa e a influência que tinha na classe média da Província, onde crescia o antagonismo com a capital e a sua tutela. Na crítica ao sistema todos estavam de acordo em inúmeros pontos. Nas propostas de solução, contudo, os campos dividiam-se em absoluto: de um lado, propunha-se o «esclarecimento» da República. Do outro lado, a sua substituição pura e simples por um sistema que desse autoridade, estabilidade, capacidade governativa. Uns chamavam a atenção para a necessidade de um governo com projectos claros e meios políticos efectivamente democráticos, outros falavam em reformas de mentalidade, outros ainda diziam que nada se podia fazer sem reconstituir o ideal de pátria e de sacrifício e sem criar os instrumentos políticos que os mantivessem. Uns consideravam que a democracia devia ser «aprofundada», outros afirmavam que quanto mais aprofundada fosse, maior seria o caos, pois o sistema de governo e o critério de selecção das elites estavam errados. E neste capítulo, uns consideravam que a reforma de mentalidade devia ser dirigida no sentido da competência e do equipamento tecnológico, outros diziam que nada seria possível caso se esquecesse os conceitos de Pátria, comunidade e Nação, superiores aos votos e partidos. As questões do sebastianismo e do seiscentismo apresentavam-se como uma forma «experimental» do debate, o campo escolhido para discutir e criticar, pelo exemplo, propostas que iam desde a entrega do poder a um «Sidónio», à proclamação da Monarquia, ao risco da Democracia integral para «educar o povo». Tudo soluções políticas de «sinal contrário». É o responsável político, de onde deveria provir? Insistindo: como garantir competência e idoneidade? António Sérgio queria provar que D. Sebastião não podia representar ou apontar para qualquer solução e que se deveria retirar «actualidade» ao seiscentismo que nada tinha de fecundo. Por sua vez, os seus adversários advertiam que o racionalismo nada podia dar de empolgante e dinâmico; afirmavam que os planos de transformação de mentalidade seriam inúteis sem um ideal, sem uma razão de ser superior a essa mesma racionalização que, por si própria, nada pode. Mesmo quando necessária, mergulha numa atmosfera significativa e prévia e só por ela é fecunda e lhe dá sentido. O racionalismo nem para si mesmo basta!

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

Na forma que a polémica tinha tomado nestes debates entre jornalistas e homens de letras, habituados aos debates acerca da necessidade e o momento, as formas aparentes é que tomam espectacularidade. Embora António Sérgio, António Sardinha, Malheiro Dias e Manuel Múrias estivessem plenamente conscientes dos princípios prévios que manejavam, só afloram no debate jornalístico e de uma forma mais ou menos ensoberbecida, a questão pretextual, espectacular e pública. Para Sérgio a sua antropologia racionalista ditada, ao modo de Brunshwicg e Benda apresenta a razão como o ponto prévio que define o homem, animal superior. Com os recursos da inteligência e da razão, organiza conceptualmente o universo de um modo viável e prático. A razão constituída para a sobrevivência é anterior a todo e qualquer acto humano, moral, interpretativo ou coordenador.

O papel que António Sérgio assumiu de se opor, sempre e sem recuo, a quem ele julgava que despromovia a razão como elemento primordial do homem era indispensável para que se justificasse o valor, o alcance e os meios de reforma da mentalidade que constituía aquilo a que começou a chamar a sua missão: «a ideia, por mim defendida da regeneração de Portugal pela reforma de mentalidade, não é um pretexto para 'arranjar a vida', ou um bom assunto para encher artigos, ou simples cobertura de paixões sectárias: em mim é uma coisa 'de cá de dentro', muito profunda e muito séria»⁽⁹⁷⁾. Mas podia, afinal, a razão executar tão complexa incumbência? Apreende este conceito todas as reservas necessárias à vida espiritual?

11

O debate feito exclusivamente à volta dos princípios de que parte o pensamento vai começar a desenvolver-se nas polémicas de António Sérgio com professores universitários⁽⁹⁸⁾. Foram três essas polémicas. A primeira envolve o confronto com o Professor Martinho Nobre de Melo, da Faculdade de Direito de Lisboa, ocorrida ainda enquanto decorria a discussão à volta de D. Sebastião e do seiscentismo; a segunda com o Professor Luís Cabral de Moncada, da Faculdade de Direito de Coimbra e a terceira com o Professor Mário de Albuquerque, da Faculdade de Letras de Lisboa.

⁽⁹⁷⁾ António Sérgio, *O Seiscentismo, etc.*, prefácio, p. 15.

⁽⁹⁸⁾ São muito pouco referidas, a tal ponto que duas delas foram omitidas num recente artigo de jornal, para uso do centenário de António Sérgio.

A primeira resultou de um livro que o Professor Martinho Nobre de Melo havia publicado com o título *Para além da Revolução* ("), onde o seu último capítulo é dedicado à análise das posições filosóficas gerais de António Sérgio em relação com algumas propostas contemporâneas. Martinho Nobre de Melo, não encontrava novidade nas ideias expendidas pelo ensaísta, e atribuía o essencial das posições a um kantismo, de certo modo, encapotado e disperso numa ambiguidade que evitava pôr o problema da origem ou fundamento da própria razão, ao mesmo tempo que conduzia para uma base pragmática. Mas o mais importante da análise de Martinho Nobre de Melo foi, sobretudo, ter acentuado o carácter rigorosamente não-histórico das ideias praticadas por António Sérgio e que enformam o seu pensamento. Este responde quase imediatamente em dois números da *Seara Nova* (10º). O tom que adopta, quer no próprio título, quer no texto é o da explicação paciente, tutelar e miudinha, dando ao debate um ar sobranceiro e jocoso que traz para a polémica uma agressividade subjacente, sob a aparência de amabilidade que, insidiosa, empurra o antagonista para a radicalização pelo que a resposta perde dignidade e convivência. Nessa resposta de António Sérgio, Martinho Nobre de Melo faz a figura de um tolo importante, imagem de professor universitário mais ou menos caprichoso, possesso de sebenta e de favores. E no entanto, podia ter sido a oportunidade para António Sérgio explicar ou verificar, com mais dúvidas e menos certezas, que a dualidade razão-real não é tão simples e despojada de dificuldades como ele queria e que o primado da razão, mesmo quando é um axioma intransponível, não pode deixar de argumentar relativamente ao «mundo como vontade», ou ainda à «intuição», para não falarmos na análise do acaso e da indeterminação o que envolve graves dificuldades para uma racionalização anti-metafísica como aquela que António Sérgio preconizava, recusando viabilidade a qualquer outra. Pôr em debate a própria razão como um problema e não como uma solução tem desempenhado um papel decisivo na filosofia contemporânea e orientado discus-

(") *Para além da Revolução, Ensaios de filosofia política, Estudos morais e sociais, Crítica e Doutrina*. Lisboa, 2 volumes, 1925.

(10º) «Explicações ao Ex.mo Sr. Professor Martinho Nobre de Melo sobre as doutrinas morais dos meus 'Ensaios'», *Seara Nova*, n.º 49 (15 de Julho de 1925) e n.º 50 (1 de Agosto de 1925); transcrito depois com o título «Explicações a um catedrático de Direito sobre a doutrina ética dos meus 'Ensaios'», *Ensaios* vol. VII, Lisboa, 1954, pp. 181-205, com a nota publicada na *Seara Nova* em Julho (sic) de 1925; suprimiu-se o nome do catedrático para *desfulanizar* o caso, que em si foi típico e representativo.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

sões fundamentais do nosso tempo e cujo extraordinário significado António Sérgio não reconheceu. Algo se revelava superficial na suficiência didáctica do educador. Mas não transige: a realidade com ser racionalizável tem de ser sempre proporcional à razão próxima ou futura. Martinho Nobre de Melo nem o esqueceu, nem lhe respondeu.

Entretanto, as preocupações de António Sérgio dirigiram-se, finalmente, para os fundamentos das ideias políticas. Na verdade, quando defendia o papel exclusivo da razão para dar coerência a necessidades e interesses, na área complexa da interpretação do único universo que a concebe e aceita, numa espécie de materialismo idealista, impunha-se-lhe cada vez mais passar das reformas da mentalidade para a área do político. Certo era que começava a pôr-se dramaticamente em Portugal o problema de quem as faria ou ia fazer; que meios empregaria, em nome de que projecto, com que intenção e finalidade. As reformas sociais esperadas ou realizadas à vista de todos, davam a estas questões um extraordinário valor imediato. António Sérgio tinha de estar inteiramente dentro das consequências práticas das suas posições, depois das manifestações dos jovens integralistas em Maio de 1926, logo seguidas do triunfo da Ditadura Militar do 28 de Maio. Mais integrado ficou com a derrota de republicanos e seareiros, ao tentarem derrubá-la na Revolução de Fevereiro de 1927 ou quando procuravam causar-lhe dificuldades internacionais através das advertências à Sociedade das Nações por altura de um empréstimo externo então solicitado (1927). Portanto todos estes problemas culturais passavam a ter alcance prático: que democracia organizar? Que forças sociais concretas favorecer? Como passar do abstracto da razão às virtualidades da aplicação? Questões que tomavam, para ele, agora no exílio, forma concreta, concisa e imediata. É deste modo, a partir de 1928 tornam-se mais frequentes os seus escritos de doutrinação política. Tornam-se mais frequentes, enquanto se esbatem as lucubrações pedagógicas.

O nexos que estava implícito nas suas doutrinas de educação cívica, sobre organização da escola e os próprios programas assentava na «educação democrática» que no campo republicano, preocupava também João de Barros, com a diferença, agora atenuada, de que este considerava condição necessária o regime político e Sérgio não o pôs durante muito tempo em primeiro plano. Entretanto, com a evolução da situação política portuguesa, depois da derrota fundamentalmente ideológica do 28 de Maio e da derrota militar do 7 de Fevereiro, o pensamento republicano tinha-se tornado aberto a novas orientações e a novos enriquecimentos. As vias que se desenhavam,

em forma programática, eram o aprofundamento da democracia política, a análise das condições e viabilidade do socialismo, os sistemas de democratização social. Deste conjunto a que mais interessava a António Sérgio nestes tempos de 1929-1930, era a ideia de democracia, cujo sentido parlamentar vivamente posto em causa por largas zonas da opinião pública, voltava a adquirir sentido, não sem que muitos pensadores continuassem a ver na Democracia graves óbices de execução e vantagens pouco generalizáveis. O seu valor, para além das situações médias e coerentes e considerado diminuto, quando se discutia a capacidade de resolver as grandes questões do homem e da sociedade.

Neste ambiente nacional onde a procura de estabilidade não é secundária, em Coimbra, em 1 de Dezembro de 1927, depois, portanto, da Ditadura Militar ter saído vitoriosa em Lisboa e no Porto, da revolução republicana de 7 de Fevereiro, o professor Luís Cabral de Moncada pronunciou uma significativa conferência na sede da Associação dos Estudantes de Coimbra. Aí apelou para os estudantes republicanos criarem um liberalismo assente na tradição política nacional, de modo a abandonarem os sistemas de inspiração estrangeira derivados do iluminismo e da Revolução Francesa ⁽¹⁰¹⁾. Muitos meses depois ⁽¹⁰²⁾, Vitorino Nemésio impugnou a referência de «estrangeira» como labeu à doutrina parlamentar e replicou que estrangeira foi a escolástica «estranha a nós na sua origem estreme» e, apesar disso, no século XVII tinha orientado a Restauração. O professor Cabral de Moncada não tardou em responder ao comentário de Vitorino Nemésio ⁽¹⁰³⁾, orientando-se no sentido de distinguir entre «tendências políticas», essas de natureza universal e «doutrinas políticas», essas de origem bem específica e ligadas assim a uma origem bem definida. Nessa resposta, acrescentava ainda que as posições escolásticas referidas por Nemésio a respeito da origem do poder eram intrínsecas ao aparecimento do estado português e nele se confirmavam. Ao mesmo tempo, salientava a importância essencial da tradição na identidade política das Nações. A este «esclarecimento» seguiu-se uma segunda, tardia, resposta de Vitorino

⁽¹⁰¹⁾ L. Cabral de Moncada — *1640, Restauração do pensamento político português, conferência lida na noite do 1.º de Dezembro de 1927 na Associação Académica de Coimbra, Coimbra, 1928.*

⁽¹⁰²⁾ «Resposta retardada de um exortado ao exortador», *Seara Nova*, n.º 120, Lisboa, 24 de Maio de 1928, pp. 470-471.

⁽¹⁰³⁾ «Resposta pronta explicando uma exortação mal compreendida», *Nação Portuguesa*, 5.ª série, tomo 1.º, n.º 2, Agosto de 1928 (a carta ao director de *A Nação Portuguesa*, tem a data de 6 de Junho do mesmo ano).

Nemésio ⁽¹⁰⁴⁾, com novo comentário imediato de Cabral de Moncada ⁽¹⁰⁵⁾ e com a data de 1 de Dezembro de 1928, não podia ter apreendido a segunda parte do comentário de Nemésio saído na *Seara Nova* de 27 de Dezembro de 1928, uma vez que a *Nação Portuguesa* já estava publicada. Sucede que nesse número, tendo a data curiosa de Paris, 30 de Novembro de 1928, portanto, anterior à segunda resposta de Nemésio e ao artigo de Cabral de Moncada, António Sérgio vem participar no debate ⁽¹⁰⁶⁾. O artigo publicado no número onde está publicada a segunda parte da resposta do então jovem estudante Nemésio e depois da «primeira resposta pronta de Cabral de Moncada justifica, com displicência, a sua intervenção. Entendia que nas alegações do professor Cabral de Moncada, ele próprio António Sérgio se considerava incluído: «Sua Excelência passou-nos assim — a todos os que não somos do seu parecer — um gracioso diploma de estupidez» ⁽¹⁰⁷⁾. E a partir daí tomou o debate como seu.

As posições de António Sérgio adquirem, desde logo, inteira autonomia, em relação ao debate com Nemésio que se tinha desenvolvido no plano interessante sobre o que é estrangeiro ou nacional nas ideias políticas. Com António Sérgio vai incidir sobre o carácter absolutamente prévio e essencial da razão sobre as ideias políticas, mantendo sempre sobre elas um primado permanente: «as doutrinas políticas exprimem *ideais*, *desejos*, *fins* que nos são ditados pela consciência, e que a ciência, essa, não tem nada a ver com *fins*, com *desejos*, com *ideais*». Ou seja, «as várias políticas exprimindo *ideais* de sociedade humana não são demonstráveis cientificamente nem cientificamente refutáveis». Recusava, pois, o acesso da política à ciência, colocando aquela no domínio exclusivo do normativo e nas afirmações de consciência; na mesma ordem se coloca o voto que obriga pela consciência do homem que exerce esse direito, não pela classe a que ele pertence. Acusava, por aí e desde logo, o professor Cabral de Moncada de fazer descer a política aos interesses imediatos e a eliminar dela a personalidade humana, numa teoria política «a que podemos acusar

⁽¹⁰⁴⁾ «Segunda resposta retardada de um exortado ao exortador», *Seara Nova*, n.º 136, Lisboa, 8 de Novembro de 1928, pp. 307-310; continuada e concluída em *Seara Nova*, n.º 143, Lisboa, 27 de Dezembro de 1928.

⁽¹⁰⁵⁾ «Segunda resposta pronta (Explicando uma exortação mal compreendida)», *Nação Portuguesa*, 5.ª série, tomo 2.º, fascículo 7, Janeiro de 1929, pp. 45-54.

^(iºc) António Sérgio, «Ideal e facto sensível, política e ciência, meios e fins», *Seara Nova*, n.º 143, Lisboa, 27 de Dezembro de 1928.

⁽¹⁰⁷⁾ *Ibidem*, p. 443.

de ser *sem Deus*, porque elimina tudo quanto é *espírito* e pretende basear-se no terreno dos factos e só dos factos». E conclui: «É ele que pede, afinal de contas, governos de base puramente económica, por isso que só quer a intervenção das classes, que são organismos de mera base económica» ⁽¹⁰⁸⁾, com erigir «a clientela económica em soberania de direito». No final do artigo aconselha Cabral de Moncada a que comece por «se reformar a si como exportador». O artigo de António Sérgio vinha carregado de deduções, meramente pretextuadas nos pontos discutidos com Nemésio. Como, na altura da discussão, não podia deixar de ser, o professor Cabral de Moncada aceitou o repto de António Sérgio e publicou, pouco depois, na *Nação Portuguesa* ⁽¹⁰⁹⁾ um artigo com o mesmo título do seu contraditor. O texto do professor Cabral de Moncada reveste-se de importância decisiva na época em que foi publicado. Com efeito, o professor de Coimbra desenvolve aí um ponto fundamental na história do pensamento político português do século XX, ao considerar a existência radical de duas concepções de política (a metafísica e a científica), com métodos de análise e formas de demonstração diferentes, em processos irredutíveis. Insere a de António Sérgio na primeira, «metafísica» e, a sua na segunda ou «científica». A primeira define-a como doutrinária, anti-histórica, abstracta e individualista, baseada em imperativos categóricos e usando exclusivamente da razão; está implícito nela um conceito estritamente monista de ciência. A segunda, sendo também racional, toma a razão em «acto», aceitando, assim, como positivo o acesso da experiência colectiva, da diversidade, dos condicionamentos reais que, desse modo, precisam de ser estudados como elementos que pode interferir nos conceitos abstractos. Está nela implícita a divisão das ciências feitas por Dilthey em explicativas e compreensivas. Embora redigido num tom agastado, domina o artigo a preocupação doutrinária e exegetica. No entanto, o debate vai tomar excepcional acrimónia. Sérgio, a partir de certa altura ⁽¹¹⁰⁾, sem deixar de insistir no papel essencial da razão e da norma como superior a qualquer outro elemento para a definição dos fins da política, traz aqueles pontos para o campo da prática imediata do dia a dia que se vivia em Portugal: «É exactamente porque nesse campo não há certeza nem

⁽¹⁰⁸⁾ *Ibidem*, p. 445.

⁽¹⁰⁹⁾ «Ideal e facto sensível, política e ciência, meios e fins, pelo Doutor Luís Cabral de Moncada», *Nação Portuguesa*, 5.^a série, tomo 2.º, fascículo 9, Lisboa, Março de 1929.

⁽¹¹⁰⁾ «Método científico, História, Política e Tradição», *Seara Nova*, n.º 151, 7 de Março de 1929, pp. 99-104; II *Ibidem*, n.º 153, 21 de Março, pp. 134-138; III *Ibidem*, n.º 154, 28 de Março de 1928.

ciência — é que nenhuma política se deve impôr, e que cumpre deixar o campo aberto à luta pacífica das opiniões» (m). Era a posição de António Sérgio em fazer assentar a Democracia na dedução exclusiva e permanente das normas, superiores a todas as posições particulares; considerava, deste modo, que as diversas posições políticas tinham sempre direito à representação própria, uma vez que a norma soberana exclusiva e fundamental nunca pode deixar de ser respeitada. A consequência irreprimível é a democracia: «o ideal é que serve para aferir o facto». A sua posição «idealista», no sentido de que a «ideia» é basilar e sempre anterior e como tal superior a qualquer facto ou realidade que já forma, é a garantia da possibilidade da democracia que «os factos» podem envenenar. A razão, na sua permanente pureza e dimensão absoluta, radicalmente superior às circunstâncias que lhe devem obedecer, permite sempre o encontro dos homens. A sua contaminação pelos factos, podendo corromper a razão, corrompe a democracia. Nada da vida dos homens, nem os seus interesses concretos, a observação, as formas de vida, as necessidades, as tradições, se lhe pode, portanto, antepor. A sua defesa intransigente da posição idealista, sem olhar às outras vias que a ciência política estudava ou considerava conduz à superioridade irredutível dos fins. Vamos, pois, encontrar, de novo, a posição inalterável de António Sérgio do racionalismo radical, por um lado, e do papel exclusivo da consciência na dimensão do real e na sua explicação. A tudo a ideia orienta, a tudo preside. Em última análise, nada disso a história pode alterar. Só do ideal pode decorrer a aplicação do acto político e não há qualquer motivo para alargar esse ponto de partida. A ciência para António Sérgio é só dirigida pelos princípios matemáticos e quantitativos, expressão superior do universo da ideia e que a consciência recebe ou assimila. Mas é a partir da razão abstracta — fora portanto da ciência-pesquisa — que, de dedução em dedução, se constroem as diferentes doutrinas políticas que têm aquele ponto de referência e é a forma exclusiva para a legitimidade das opiniões. A democracia é a consequência natural da unidade da razão, calculada sobre a exclusividade dos seus princípios primordiais, superiores a qualquer ajustamento. A adaptação não pode ser criadora de princípios. Para Cabral de Moncada, porém, «o ideal é também um facto social que tem igualmente a sua objectividade dinâmica constante na história; por outras palavras: ainda que o não desse a consciência individual de cada um de nós, como um dado imediato, dá-lo-ia sempre a experiência, como um dado mediato à nossa observa-

(^U) *Ibidem*, n.º 151, p. 103.

ção ⁽¹¹²⁾. A observação, a experiência própria, a consideração dos homens como eles são, no jogo dos seus interesses particulares, integrados em exigências superiores condicionam e e diversificam as abstracções. Há um campo significativo da política acessível à experiência dos homens e qualquer regime particular, para não ser realmente tirânico, precisa de ter meios de considerar os «particulares». Estes, se não podem nem devem ignorar as «tendências gerais» do homem, têm a possibilidade de as ajustar ao concreto de cada cultura ou de cada conjunto social específico. A isto, António Sérgio dirá que «não me fundo ao 'corpo'¹, não me fundo na 'alma'; não me fundo na sociedade como 'ser colectivo'; não me fundo em suma em nenhuma *coisa*: fundo-me na consciência e nas suas relações. A sociedade, para mim, define-se em termos de consciência, por meio de relações intelectuais» ⁽¹¹³⁾. A política deduz-se dos seus fins.

As posições estavam pois bem definidas e eram, na verdade, contrapostas. As formas agrestes da argumentação e do tratamento, as insinuações sinuosas, a indignação e o desgosto não podem, hoje diminuir a importância da polémica e o seu significado no pensamento político português. António Sérgio queria demonstrar a razão como exclusiva à prática política, considerado que o esquecimento dessa norma conduz ao «interesseirismo» concreto das posições de Cabral de Moncada e até o faziam deformar o cristianismo e procurar no realismo a justificação para os objectivos políticos que o empolgavam. Naquela altura, António Sérgio queria, em todas as linhas, apontar que Cabral de Moncada era, afinal, a expressão doutrinária— e só isso — da Ditadura militar. Enganava-se. Cabral de Moncada falava com muito mais profundidade. Sem recusar a razão queria-a encarnada na experiência variável dos homens e doutrinando sem a tirania das deduções. Para ele, a política tem necessidade de atender à diversidade dos homens e sobre elas ajustar a razão que serve para os compreender, não para ensinar a dominá-los. Por isso, as «razões» pelas quais a Nação tinha excluído o parlamentarismo, para Cabral de Moncada, eram mais importantes que a razão deduzida que o queria como consequência lógica inevitável de abstracções racionalizadas. E acabava por concluir que era inútil discutir um tal tema de ciência política com quem, como Sérgio, tinha aquelas formas

⁽¹¹²⁾ Cabral de Moncada, «Ideal e facto sensível, etc.», *Nação Portuguesa, cit.*, pp. 206-207.

⁽¹¹³⁾ António Sérgio, «Idealismo e realismo, 'Morale d'abord' e 'Politique d'abord'», *Seara Nova*, n.º 163, Lisboa 30 de Maio de 1929, p. 296.

exclusivistas de debater os seus fundamentos que a prática provava serem inoperantes para a defesa das liberdades. Nada daí podia resultar. Em suma, a polémica afigurava-se-lhe inútil⁽¹¹⁴⁾. E foi com este indignado quase desabafo que Cabral de Moncada encerrou a sua parte no debate. Sérgio ainda prosseguiu⁽¹¹⁵⁾. Mas, na verdade, as posições tinham ficado bem definidas. E parece que ambos o compreenderam. Decerto relacionado com a polémica, sairá pouco depois, da autoria do professor Cabral de Moncada um estudo sobre Democracia⁽¹¹⁶⁾; e António Sérgio virá, tempos depois, a publicar um ensaio sobre o mesmo tema⁽¹¹⁷⁾ e onde faz uma alusão geral à polémica.

12

*Deixo ao cego e ao surdo
A alma com fronteiras*

Fernando Pessoa, (1930)

Esgotada a polémica na opinião pública, dela continuaram a tirar-se consequências diversas. Aquela parte da discussão acerca dos fins e dos meios, em política, que a Sérgio pareceram de diamantina clareza, porque emanados da razão soberana, vieram a tomar nos anos 1929 e 1930 dimensão prática e pressão concreta por definirem posições políticas novas e irredutíveis, muito mais exigentes do que o papel que a história ou a tradição podiam desempenhar. Surgia, em força, o papel da história como necessidade dialéctica. Do mesmo modo, aquilo que se supunha ser uma fórmula vazia de conteúdo e uma questão secundária, como seja o estudo dos factores perturbadores da razão, tomou-se, finalmente, também em Portugal, o ponto de partida para elaborar o conceito de superestrutura e assim retirar autonomia à razão que Sérgio queria soberana. Para enfrentar esta argumentação relativa à força lógica tornava-se afinal necessário descer do abstracto e cons-

⁽¹¹⁴⁾ Cabral de Moncada, «Idealismo e realismo' — fim de uma polémica inútil», *Nação Poirtuguesa*, série 6.^a, tomo 1, fascículo 1, Lisboa, pp. 57-78.

⁽¹¹⁵⁾ «Ora até que enfim», *Scara Nova*, n.º 170, 8 de Julho de 1929, pp. 19-25. «Despedida», *Ibidem*, n.º 174, 15 de Agosto de 1929, pp. 87-93; «Para Matar Saudades», *Ibidem*, n.º 183, 17 de Outubro de 1929; «Para Matar Saudades, continuação primeira», *Ibidem*, n.º 186, 7 de Novembro de 1929. «F&ra Matar Saudades, continuação segunda», *Ibidem*, n.º 190, 5-12-1929.

⁽¹¹⁶⁾ L. Cabral de Moncada, *Do valor e sentido da democracia* (ensaio de filosofia política), Coimbra 1930.

⁽¹¹⁷⁾ António Sérgio, *Democracia*, 1.^a ed., Lisboa, 1934.

tituir a ciência política, calibrar a razão com cautelas críticas que, afinal, procuravam a história como repositório do concreto acontecido que permitia a correcção dos instrumentos de raciocínio e das conclusões de aparência necessária.

Na ordem das propostas de Cabral de Moncadana sua certeza quanto à insuficiência dos valores da razão, o delineamento da polémica marca de uma forma clara o encerramento, em Portugal, da suficiência da razão em si. Na verdade esse novo confronto surge. Pouco tempo depois da polémica, um jovem aderente da *Seam Nova*, publica um artigo que, na aparência, quase poderíamos chamar de circunstância, acerca do conceito de revolução em Eça de Queirós ⁽¹¹⁸⁾. Aí conclui que «Revolução é para ele (Eça de Queirós), como se deduz das suas próprias palavras, o facto permanente de transformação e melhoramento das sociedades. Tendo um carácter acentuadamente regenerativo, como já notei, não procedendo por negação nem destruição daqueles 'instituições que são de origem eterna', no conceito de Eça a 'Revolução' deverá existir como uma contrapartida da tradição e no equilíbrio destas duas forças estará a condição vital das sociedades, estará mesmo a condição de todas as obras humanas..... Perante esta cautelosa interpretação do conceito, um outro jovem até então partidário de António Sérgio que já interviera, como «peão de brega» na polémica sobre o «Seiscentismo» ⁽¹¹⁹⁾, vem contestar duramente e com argumentos novos essa posição de Castelo Branco Chaves. Para isso publica na revista dois artigos de grande significado sobre os fins e os meios ⁽¹²⁰⁾ que marcam, no domínio da oposição dos intelectuais ao governo da Ditadura Militar, o aparecimento de um novo intrínseco e radical confronto. Para ele, «as ideias... não passam de pura expressão, isto é, se não entram no domínio das instituições, da aparelhagem da nossa vida, resultam inteiramente ineficazes sob o ponto de vista educativo» ⁽¹²¹⁾. Além disso, «o importante, hoje, é adquirirmos a consciência histórica do momento em que vivemos» ⁽¹²²⁾, pelo que «os meios de de actuar dos instrumentos, a acção, são o prolongamento necessário das ideias. Quem aplaude estas e recusa aquelas,

⁽¹¹⁸⁾ Castelo Branco Chaves, «O conceito da revolução em Eça de Queirós», *Seara Nova*, n.º 205, Lisboa, 20 de Março de 1930, pp. 201-203.

⁽¹¹⁹⁾ José Rodrigues Miguéis, cf. nota n.º 95.

⁽¹²⁰⁾ José Rodrigues Miguéis, «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar», 1, *Seara Nova*, n.º 220, Lisboa, 18 de Setembro de 1930, pp. 58-61, 2, *idem*, n.º 222, Lisboa, 2 de Outubro de 1930, pp. 87-90 (assinado José Miguéis).

⁽¹²¹⁾ José Rodrigues Miguéis, *art. cit.*, p. 67.

⁽¹²²⁾ *Idem, ibidem*, p. 59.

ou mente ao seu idealismo por inconsciência e estupidez, ou anda a embalar os outros, a deitar-lhes poeira nos olhos. Se é possível falar da 'unidade espiritual da vida', esta não pode ser concebida senão como um elo necessário de continuidade entre um sem número de fenómenos contraditórios, de acções e reacções, se o querem, como a resultante duma série de forças todas necessárias, mesmo quando opostas entre si. Para isto, porém, torna-se preciso um mínimo de critério objectivo e realista da existência — que não me parece, de modo algum, incompatível com o mais absoluto idealismo»⁽¹²³⁾. E distingue: «...há uma diferença fundamental entre os que fazem dos métodos — da força, da violência, da acção em geral — um fim e os que fazem deles um meio. Ao primeiro grupo pertencem os bonapartistas. Ao segundo os que fizeram e conduziram as grandes e verdadeiras revoluções da história». Finalmente: «As ideias não se criam para inibir, mas para estimular a acção e como inícios de acção»⁽¹²⁴⁾. Eis aqui, ao que julgo, a primeira exposição, em língua portuguesa, do marxismo-leninismo numa versão inserida na situação portuguesa. O stalinismo já tinha dado o discurso sobre o 1.º plano quinquenal, já tinha julgado os kulaques e promovido o processo dos Engenheiros. A exposição não era pois feita em leitura desenfafiada e nefelibata de novidade literária. Era uma atitude nascida da problemática marxista e aplicada ao momento português. Esta nova perspectiva irá desenvolver-se ao longo dos anos 30 e não mais deixará de estar presente no inventário das posições, embora com força variável. Para onde vai assim a autonomia da razão, tão exibida menos de um ano antes? O debate desenvolve-se e leva os responsáveis da *Seara Nova*, emigrados em Paris a fazer uma declaração pública de desautorização de Rodrigues Miguéis e de apoio aos conceitos expressos no artigo de Castelo Branco Chaves. O tom é solene e peremptório: «...Surpreendeu-nos o artigo em que o nosso querido amigo e camarada de luta Rodrigues Miguéis (cujo espírito é de ordinário tão penetrante e generoso) aprecia um anterior de Castelo Branco Chaves sobre *O Conceito de Revolução em Eça de Queirós*...». Por se tratar de um ponto doutrinal de capitalíssima importância, onde o mais pequeno mal-entendido poderia levar os nossos leitores a uma radical incompreensão das ideias da *Seara Nova*, parece-nos conveniente declarar que o pensamento político e social apresentado por Castelo Branco Chaves no seu artigo sobre Queirós concorda de maneira com-

⁽¹²³⁾ - *Idem, ibidem*, p. 60.

⁽¹²⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 61.

pleta com as concepções de democracia que sempre defendemos na nossa revista.... Assim, ...subscrevemos, sem a menor reserva as seguintes palavras de Quental que Castelo Branco Chaves reproduziu: 'o seu nome (o do espírito moderno) é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz; não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, tomá-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz, porque é o verbo humano por excelência'». E concluem: «...sempre considerámos a sociedade, nas nossas doutrinas sociais e políticas, não à imagem e semelhança de uma rocha (conforme o simile perigoso que Rodrigues Miguéis ali empregou), mas como uma associação de consciências livres e acessíveis como tais à influência salubre das ideias claras» (125). Em face desta declaração (que veio a ter a concordância dos «Seareiros» de Lisboa) Rodrigues Miguéis retira-se da *Seara Nova* (126).

Entretanto, o desenvolvimento da política financeira do professor Oliveira Salazar e a aplicação de algumas das suas exigências e consequências políticas fazem do ano de 1930, um verdadeiro momento de viragem na vida cultural e política portuguesa. E neste contexto que deve ser considerada a declaração da *Seara Nova* e a saída de Rodrigues Miguéis: algo de novo tinha, pois, surgido e com isso algo de importante se modificou.

Afinal, a polémica de Cabral de Moncada veio a marcar um ponto essencial de reflexão, com o significado, até às últimas consequências, do uso da razão abstracta e das deduções doutrinárias sem que o concreto as verifique. Ficava, afinal, claro que a razão não chegava para acautelar os homens. Mas poderá ser dispensada? Em suma, a razão, se não pode ser exclusiva, não pode estar ausente. E isso podia ter sido a base para uma convergência que não se verificou.

Este período das polémicas de António Sérgio unifica-se na defesa entusiasta e ensoberbecida da razão e dos seus recursos. A posição que defende é inalterável, mas variaram os opositores. Começaram por ser os seus amigos de redacção e organismos culturais; passaram depois para discordantes seus embora frequentadores de revistas comuns, até que as polémicas se transformaram em barricadas com órgãos próprios para o anátema disponível. E foi também assim que o

(125) «Declaração A Seara Nova e o Conceito de Revolução», *Seara Nova*, n.º 224, Lisboa, 30 de Outubro 1930, p. 115.

(126) Cf. José Miguéis, «Uma carta» (Bruxelas, 18 de Novembro 1930) *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930, pp. 228-231.

Significado e evolução das polémicas de António Sérgio

País evoluiu. Do mesmo modo se transferiu o endereço das polémicas: da crítica às formas históricas e sentimentais, que imprevidentemente Sérgio relacionou com vícios históricos concebidos numa sociologia de acusação, passou para a defesa tutelar das reformas de mentalidade, e assim chegou à discussão sobre os «tutores» e os poderes da razão para os orientar. E por aqui se ficou.

Entretanto, a partir de 1930, todas estas formas de análise da vida cultural e os anátemas característicos vão ser revistos e as posições de António Sérgio vão sofrer, lenta mas seguramente, alterações profundas. Sem nunca deixar de ser um ideólogo da razão, vai tentar definir métodos, acautelar interpretações, propor aplicações. O formulário também se tinha revelado insuficiente: vai modificá-lo, sempre envolvido em lutas e exigências de resposta. Com efeito, o mundo é outro. Em Portugal, o exército afasta-se, no seu conjunto, do Partido Republicano e começa a fase da preponderância dos oficiais nacionalistas e profissionais. Pouco depois, é proclamada a República em Espanha, mas nada de semelhante se verifica em Portugal. A derrota da revolução militar democrática do 26 de Agosto de 1931 marca uma nova disposição de forças que não deixa lugar a dúvidas. Os partidos oposicionistas à Ditadura militar começam a considerar novos recursos e porquanto as possibilidades, riscos e vantagens de aproveitar os confrontos sociais como arma política privilegiada. Situação que vai reflectir-se num certo mundo da cultura e, inevitavelmente, pesar nas novas polémicas onde António Sérgio diversificará as suas posições perante novos antagonistas.